



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

NATHANY TAVARES

**A EXACERBAÇÃO DO NACIONALISMO SEPARATISTA NA CATALUNHA:
UM DEBATE ENTRE NAÇÃO, ESTADO E UNIÃO EUROPEIA**

Florianópolis

2017

NATHANY TAVARES

**A EXACERBAÇÃO DO NACIONALISMO SEPARATISTA NA CATALUNHA:
UM DEBATE ENTRE NAÇÃO, ESTADO E UNIÃO EUROPEIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da
Universidade do Sul de Santa Catarina como
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientador: Luciano Daudt.

Florianópolis

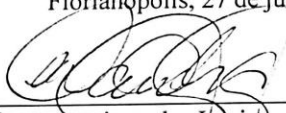
2017

NATHIANY FERNANDA TAVARES VIEIRA

**A EXACERBAÇÃO DO NACIONALISMO SEPARATISTA NA CATALUNHA:
UM DEBATE ENTRE ESTADO, NAÇÃO E UNIÃO EUROPEIA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de junho de 2017.



Professor e orientador Luciano Daudt da Rocha, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof. Rogério Santos da Costa, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof. Ricardo Neumann, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me proporcionar toda a energia e empenho utilizado na realização desse trabalho.

Agradeço a minha mãe, Helena Tavares, e minha irmã, Thais Poi, por me incentivarem e me apoiarem durante toda a graduação, e por jamais permitirem que eu abandonasse meus sonhos. Isso não teria sido possível sem vocês.

Agradeço aos meus colegas e amigos da universidade por toda a cumplicidade nos estudos e parceria nos trabalhos acadêmicos. Vocês fazem parte dessa história.

Finalmente, agradeço a todos os meus professores por me proporcionarem uma ampla formação intelectual, que levarei para o resto de minha jornada.

RESUMO

Na atualidade existem dezenas de movimentos nacionalistas separatistas em meio à Europa integrada se fortalecendo gradualmente, algo que preocupa amplamente os líderes europeus pela instabilidade e imprevisibilidade que vem assolando a região. Os movimentos que clamam pela independência possuem um enraizamento histórico, que somado à situações correntes, desatam uma comoção de povos descontentes com as fronteiras que lhes foram impostas, bem como a condição política à qual estão inseridos. Este trabalho tem como objetivo expor a percepção dos nacionalistas quanto às unidades à qual pertencem, ou seja, o Estado de origem e a União Europeia, e propor um debate a respeito de como essas instituições vêm se relacionando com o crescente progresso do separatismo dentro do espaço europeu. Para isso, foi utilizado a comunidade autônoma da Catalunha, na Espanha, como objeto de estudo, pois a região se destaca atualmente por possuir o maior ímpeto separatista.

Palavras-chave: Nação. Nacionalismo. Estado. União Europeia

ABSTRACT

Dozens of separatist nationalist movements are now emerging in the midst of an integrated Europe, which widely disturbs european leaders due to the instability and unpredictability that has plagued the region. The movements cry for Independence. The historical context and current situations unleashed a commotion of people discontented with the borders that were imposed on them, as well as the political condition to which they are inserted. This paper aims to expose the perception of nationalists concerning the units to which they belong, that is, the State of origin and the European Union, and propose a debate on how these institutions are dealing with the growing progress of separatism within the European space. For this, a case study of the autonomous community of Catalonia was developed, region currently seen with the greatest separatist impetus.

Keywords: Nation. Nationalism. State. European Union

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	ESTADO	11
2.2	ORDEM MUNDIAL, HEGEMONIAS E TEORIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	15
2.3	NAÇÕES E NACIONALISMO	19
2.3.1	Conceitos	19
2.3.2	O papel do liberalismo e nacionalismo na configuração do Estado nacional no século XIX	21
2.3.3	Psicologia do nacionalismo	23
2.4	GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO REGIONAL E SUPRACIONALIDADE	26
2.4.1	União europeia	27
3	COMPOSIÇÃO DA ESPANHA E CATALUNHA	30
3.1	ESPANHA	30
3.2	CATALUNHA	32
3.3	ORIGENS	34
3.3.1	Uma pluralidade de nações em um único reino	40
4	CATALANISMO: O MOVIMENTO NACIONALISTA SEPARATISTA CATALÃO	43
4.1	ORIGENS DO CATALANISMO	43
4.2	O POSICIONAMENTO CATALANISTA SOBRE O ESTADO ESPANHOL E UNIÃO EUROPEIA DE ACORDO COM A PERSPECTIVA DO JORNAL NACIONALISTA <i>LA VANGUARDIA</i>	44
4.2.1	"Opressão ao longo dos séculos"	45
4.2.2	"A independência da Catalunha não representa a saída da União Europeia"	49
4.2.3	"Injustiça fiscal"	51
4.2.4	"Ameaça centralizadora"	52
4.2.5	"O plebiscito é uma forma de legítima defesa"	53
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO	56
5	ECLOSÃO DO NACIONALISMO SEPARATISTA EM PAÍSES MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA	57
5.1	A CRISE DO ESTADO-NAÇÃO	58
5.2	O REVIGORAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA	61
5.3	POSICIONAMENTO DO ESTADO E DA UNIÃO EUROPEIA	64
5.4	PERSPECTIVAS	66

6	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo o continente europeu foi palco de grandes conflitos. Essa hostilidade foi, muitas vezes, apontada como uma consequência da pluralidade que perdura na região. Os Estados nacionais, unidades dispare movidas à interesses, possuem objetivos divergentes, ocasionando que a interação entre elas seja conflituosa (LESSA, 2005). Após a Segunda Guerra Mundial, maior catástrofe coletiva já vista na história, surge a necessidade de rediscutir a coexistência dos Estados no cenário internacional, ao passo em que nasce a demanda pela criação de um método que substitua o individualismo pela cooperação. Nesse contexto, nascem as organizações internacionais de integração regional (SILVA; COSTA, 2013).

Logo, a integração regional tem sido apontada como um viés à superação dos muitos problemas que afligem o Estado moderno. O principal deles está relacionado ao aspecto conflituoso das relações internacionais, pois ela cria um espaço propício à paz e cooperação gerando um bem-estar coletivo (SILVA; COSTA, 2013). A pluralidade, antes apontada como a causa dos conflitos, resultou ser justamente um ponto de equilíbrio que propiciou a conquista e manutenção da paz durante os anos que se estenderam.

Apesar de gozar de um certo estado de paz nos últimos anos, afinal não houvera nada semelhante ao presenciado em 1939, o continente europeu continua sendo atingido por grandes desafios na atualidade, sendo um deles o processo inverso, as tentativas de desintegração de territórios (ABRÃO, 2007).

No processo de formação de Estados, diferentes povos foram aglutinados em um mesmo território, sob um mesmo governo e leis. Pequenas nações acabaram sendo submetidas às maiores em virtude de direitos hereditários como casamento e morgadio, guerras de conquista, entre outros. Essa divisão resultou ser desrespeitosa com as diferentes identidades (NASCIMENTO; BATISTA; ALBUQUERQUE, 2016). A composição do Estado nacional europeu é semelhante às características do continente, uma vez que agrupa povos heterogêneos. Um grande exemplo é a Espanha, que abriga a nação espanhola, galega, catalã e basca. Em suma, apenas um Estado para quatro nações. A grande questão é que muitas dessas nações não estão satisfeitas com essa condição e clamam por independência, como uma consequência de ressentimento e irritação com as regulações de seus próprios Estados (SOUZA, 2016).

Em um espaço onde há uma pluralidade de nações e objetivos divergentes, ações individuais tendem a aparecer criando ou despertando sentimentos de extrema lealdade à nação, pois é nela que se busca refúgio em momentos turbulentos. O nacionalismo, compreendido pelo sentimento de lealdade à nação por parte de um conjunto de pessoas unidas num mesmo território por tradições, língua, cultura, religião ou interesses comuns, é um movimento que constitui uma individualidade política com direito de se autodeterminar

(HOBSBAWM, 2008).

Atualmente, movimentos políticos nacionalistas estão em ascensão, fazendo ressurgir antigas rivalidades, ressentimentos étnicos, e questionando fronteiras internacionalmente aceitas. Na Europa vê-se a ascensão de diversos movimentos, como a Escócia, o Sul da França (região de Occitania), o Norte da Itália (onde os independentistas lutam pela criação da Padania), as lutas travadas na Bélgica pelo povo de origem flamenga, e a Catalunha na Espanha. Esses são alguns dos exemplos que apontam que mesmo após 50 anos de tentativas e ações para unificação europeia, o continente agora teme passar por um processo inverso, que é a fragmentação (CHAGAS, 2014).

A Catalunha, em particular, tem causado comoção desde que lançou plebiscitos em 2015 para iniciar o processo de separação. Acredita-se que a grande divulgação do movimento catalão, pode influenciar casos semelhantes como o da Itália, Bélgica e França, que ainda não chegaram nesse nível de lançamento à desintegração. O movimento nacionalista catalão é tão antigo quanto o Estado espanhol, e vai além de fatores culturais, algo fortemente destacado pela população, sua maior reivindicação é a soberania (ROMÃO, 2013). Os separatistas da região enxergam na independência um instrumento para reforçar sua identidade cultural e linguística, além de fortalecer seus interesses políticos e econômicos.

Neste contexto, onde o movimento nacionalista separatista catalão ganha cada vez mais força. A União Europeia, na qualidade de maior projeto de política de diversidade no mundo, deve prestar grande atenção, pois a fragmentação de um Estado membro da organização seria algo inédito e não é previsto em nenhum tratado. Nessa ausência de legislação, abre-se um amplo debate a respeito da postura da organização frente a isso, bem como a forma em que vem se relacionando com os Estados e os próprios movimentos separatistas (CHAGAS, 2014).

Levando em conta todos os dados expostos, este trabalho de pesquisa se propõe a responder a seguinte pergunta: de que forma os movimentos nacionalistas separatistas se inserem nos debates sobre a idoneidade dos Estados nacionais e frente ao processo de integração europeu?

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é analisar os movimentos nacionalistas separatistas à luz dos debates sobre a idoneidade dos Estados nacionais e frente ao processo de integração europeu. Já os objetivos específicos são: entender a composição da Espanha e da Catalunha; compreender o surgimento do movimento separatista catalão e seu posicionamento sobre o Estado espanhol e União Europeia, de acordo com a perspectiva do jornal catalanista *La Vanguardia*; e analisar os movimentos nacionalistas separatistas, notadamente o caso da Catalunha, à luz dos debates sobre a idoneidade dos Estados nacionais e frente ao processo de integração europeu.

Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecimento e entendimento a respeito dos movimentos nacionalistas, que tiveram importante papel na história e persistem até a

atualidade. O nacionalismo, movimento que adota diferentes características de acordo com a nação, foi o responsável pela libertação nacional dos povos no século XIX, serviu como combustível no processo de independências de ex-colônias na África e Ásia durante o século XX, além de protagonizar o cenário da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, onde se formou um nacionalismo de caráter étnico. O nacionalismo foi um dos pontos chave para o apoio da população ao nazismo (HOBSBAWM, 2008).

Além disso, esses movimentos tiveram grande responsabilidade na configuração dos Estados, sendo, muitas vezes, responsáveis pela integração de territórios como aconteceu na Itália e Alemanha, e pela desintegração, assim como no antigo império Austro-húngaro, que se fragmentou originando dois países, Áustria e Hungria (HOBSBAWM, 2008).

Tendo em vista esses e outros significativos eventos, onde os nacionalismos originaram ações que levaram à revoluções, integração e fragmentação de territórios, é de fácil percepção que os movimentos podem ter forte impacto na ordem global, sendo assim, o estudo do tema é de grande relevância para a sociedade como um todo.

Além disso, o estudo acerca deste tema é de fundamental importância para a área de Relações Internacionais, pois as tentativas de sessão territorial trazem consequências transfronteiriças, envolvendo atores além do Estado e da nação que se propõe à independência. Nesse contexto, organizações internacionais como a União Europeia, e os atores que possuem qualquer tipo de relacionamento com o Estado em questão, seja econômico, político ou comercial, são automaticamente inseridos nesse dilema, algo que concerne aos profissionais e estudantes da área.

A escolha da Catalunha como objeto de estudo se atribuiu à sua notoriedade, visto que se trata de um dos poucos movimentos em ascensão na atualidade que chegou a realizar plebiscito e referendo para atingir a independência. O movimento conta com uma aprovação de mais de 80% da população catalã, o que traduz a sua extensão. Além do mais, a região possui relevância em particular para a pesquisadora, que além de possuir laços com a localidade, também objetiva maximizar os conhecimentos na área proposta, uma vez que pretende dar continuidade aos estudos da tese futuramente.

Para a realização desse trabalho, foram utilizados procedimentos metodológicos a fim de estrutura-lo, bem como desenvolve-lo. A presente pesquisa é caracterizada como aplicada, pois objetiva-se gerar conhecimentos para a aplicação de seus resultados com o objetivo de contribuir para fins práticos. O Conteúdo abordado envolve verdades e interesses universais, relevante para futuros pesquisadores (FONSECA, 2002).

Em relação a abordagem, esta é uma pesquisa qualitativa, uma vez que procura compreender em sua totalidade fenômenos reais das relações internacionais, salientando a interpretação dos eventos de uma forma concreta, bem como analisando as informações obtidas dentro do contexto proposto (GIL, 2008).

Já os objetivos são caracterizados como explicativos, visto que o trabalho se

preocupa em identificar e esclarecer os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos movimentos nacionalistas dentro da União Europeia através dos resultados alcançados; e exploratórios, na condição de se adentrar ao conteúdo, proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e construir hipóteses.

Por fim, os procedimentos utilizados para a coleta de dados da presente pesquisa foram: bibliográfico e documental. O procedimento bibliográfico é feito, segundo Fonseca, 2002, a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos. Para essa pesquisa foram utilizadas fontes de páginas de web sites, livros e artigos científicos das mais diversas áreas de conhecimento como política, econômica, história, sociologia e psicologia. Os livros utilizados são de autores clássicos para formular conceitos e abordar teorias. Os artigos foram obtidos através de um portfólio bibliográfico realizado em meio à uma seleção de banco de artigos e filtrados através do software gerenciador de bibliografias *Mendeley*.

Já o procedimento documental que se caracteriza da seguinte forma:

A pesquisa documental é próxima da pesquisa bibliográfica, entretanto, esta recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (FONSECA, 2002, p. 32).

Esse procedimento foi realizado através da seleção de um jornal que representasse da melhor forma as reivindicações dos nacionalistas catalães. O jornal designado foi o periódico *La Vanguardia*, por se tratar do principal noticiário catalanista da atualidade e o que possui maior alcance em suas publicações. Foram selecionadas reportagens que retratassem a perspectiva separatista dos catalães durante o período de 2014 a 2016.

No primeiro capítulo do presente trabalho é exposto o referencial teórico, com precedentes e conceitos chave para a compreensão do tema. No segundo, terceiro e quarto capítulo são debatidos os argumentos em torno de cada objetivo. A continuação é apresentada a conclusão e as referências utilizadas na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho se insere dentro de uma perspectiva de história do tempo presente na contribuição com a área de Relações Internacionais, buscando entender o fenômeno do nacionalismo separatista em relação ao Estado e a União Europeia através de um olhar histórico.

A noção de história do tempo presente se baseia em entender como o presente é instruído no tempo através de um passado atual ou em permanente processo de atualização. Também se trata da reconstrução de um período histórico utilizando fontes existentes no presente que possam testemunhar os fatos junto ao pesquisador. Essa perspectiva se difere das demais juntamente pela proximidade do pesquisador em relação aos fatos, uma vez que o tema não está acabado, e continua sendo constantemente atualizado (KOSELLECK, 2006).

O nacionalismo na Catalunha não é atual, pelo contrário, a circunstancia é tão antiga quanto a própria configuração do Estado espanhol, porém, essa história ainda está em construção, sendo constantemente atualizada, com novos fatos e eventos que mudam o rumo dessa história a cada dia.

A construção dessa história do tempo presente foi realizada através de material bibliográfico e documental, como livros, artigos e jornais. Para analisar essas fontes, foram utilizadas as indicações da Profª Drª Tania de Luca.

2.1 ESTADO

O termo Estado é alusivo à "um ordenamento jurídico destinado a exercer o poder soberano sobre um dado território, ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes" (MORTATI, 1969, p. 23). Existem três elementos chave na definição de Estado, eles são: povo, território e soberania. Estes se tornam os princípios constitutivos dessa instituição.

O povo simboliza o limite de validade pessoal do direito do Estado. O território refere-se ao limite terrestre onde predomina seu direito, assim como o espaço físico estruturante de uma comunidade política, no qual se desenvolve o controle de uma população e a imposição de autoridade (BOBBIO, 2007). "O território oferece ao governo a competência e os meios de se definirem, ao lado de critérios culturais e particularistas, as condições para governar a população" (OLIVEIRA, 2010, p. 32). Morgenthau, 1999, definia território como o lugar onde o poder centralizado exerce autoridade. Já a soberania, é o poder de criar e aplicar direito e normas para um povo em um determinado território, e a capacidade de recorrer à força em última estância (BOBBIO, 2007). "É o direito de agir em nome dos outros e pelos outros, indicando a capacidade de operar e de exprimir o domínio econômico e político"

(OLIVEIRA, 2010, p. 32). Pode-se chamar de Estados as unidades dotadas desses três componentes.

O termo passou a ser utilizado durante a idade moderna, dessa forma, o primeiro desafio para os estudiosos do Estado foi entender se era possível a utilização desse vocábulo para designar os ordenamentos posteriores à essa época. Alguns defendiam que a sociedade feudal não tinha um Estado, pois ele nasceu com a idade moderna. Partindo desse princípio, o surgimento do Estado marcaria a transição da idade primitiva para a idade civil, uma vez que emergia um ordenamento político ao passo da dissolução das comunidades formadas pela junção de grupos familiares que buscavam a união em prol da sobrevivência (BOBBIO, 2007).

Para outros estudiosos, o Estado já existia desde o início das comunidades primitivas, pois muitos ordenamentos já eram dotados de uma certa organização política. Essa doutrina considera os precedentes do Estado moderno, evidenciando que houve apenas uma evolução do elemento. Dessa forma, é possível fazer uma classificação: o Estado Feudal, Estado Absolutista e Estado Representativo ou Liberal, e o Estado Marxista (BOBBIO, 2007).

O Estado Feudal era composto por uma sociedade estratificada, fechada, agrária e de poder político fragmentado. Houve dois períodos, o primeiro conhecido como feudo-clerical, consistia em um ambiente dominado culturalmente pela igreja, e o segundo período denominado feudo-burguês, no qual desenvolveu-se um segmento urbano e mercantil que acelerou as estruturas econômicas feudais. O rei não tinha poder efetivo sobre o Estado, pois o poder político era dividido entre aqueles que eram responsáveis pelos feudos, ou seja, os Senhores Feudais, reconhecidos como a autoridade máxima em cada estamento. Esse Estado era desenvolvido através de relações de vassalagem entre suseranos e servos, o que marcava fortemente a separação da população em classes sociais (BOBBIO, 2007).

Sem poder efetivo nos chamados feudos, o soberano sempre buscou o título imperial na esperança de com ele reforçar sua atuação naqueles locais. Além disso, a coroa imperial dava direitos teóricos sobre o restante do Ocidente. No entanto, havia uma grave contradição. Apenas o papa poderia coroar um imperador, mas não estava interessado na existência de um que fosse forte, pois ele próprio tinha pretensões universalistas, considerando-se o legítimo herdeiro do Império Romano. Daí os sérios conflitos entre Império e Igreja, que se arrastariam por longo tempo (JÚNIOR, 1986, p.75).

O Estado Absolutista, ao contrário do Estado Feudal, é caracterizado pela centralização do poder e a sua transmissão hereditária (BOBBIO, 2007). O estado natural dos seres humanos é pregado por rivalidade, desconfiança e hostilidade, o que faz com que o mundo esteja fadado à uma permanente situação de conflito. Dessa forma, é necessário que haja um poder regulador das relações humanas, que evite a autodestruição dos indivíduos. O Estado nasce como um contrato social, no qual os indivíduos renunciam parte de sua liberdade, que é conferida ao soberano, em troca de segurança e proteção. É preciso que o poder do soberano seja absoluto, do contrário o estado de guerra seria constante (HOBBS,

2015).

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defender os homens das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes, assim uma segurança suficiente [...], é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a um assembleia de homens [...] Todos submetendo assim suas vontades à vontade do representante, e suas decisões à sua decisão [...] de um modo que cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado (HOBBS, 2015, p. 105).

O Estado é uma forma de organização da sociedade que limita a ação humana através de leis, a fim de que haja uma convivência pacífica. O contrato social submete os indivíduos à um poder de comando e os priva de certas liberdades em troca de proteção e ordem (HOBBS, 2015).

Apesar do termo “Estado” não ser uma criação de Nicolau Maquiavel, foi através da difusão de sua obra, *O Príncipe*, que nasceu a reflexão de tudo o que essa palavra representa. O vocábulo passou a substituir pouco a pouco outros termos tradicionais como *Civitas* e *Res publica*, que designavam a organização de um grupo de indivíduos sobre um território em virtude de um poder de comando. Através da obra de Maquiavel constata-se que “Estado” é um termo mais amplo, que engloba não só os elementos constitutivos como também a condição de posse permanente de um território sobre seus habitantes (BOBBIO, 2007).

É necessária que haja um Estado fortalecido o suficiente para proteger o território e a população de forças inimigas. Essa força só será obtida se presidida por um governante astuto, cruel e dominante (MAQUIAVEL, 2006).

Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Deve, todavia, o príncipe fazer-se temer de modo que, se não adquire amizade, evite ser odiado, porque pode muito bem ser ao mesmo tempo temido e não odiado; o que sempre conseguirá desde que respeite os bens dos seus concidadãos e dos seus súditos porque os homens esquecem mais depressa a morte do pai que a perda do patrimônio. Mas quando um príncipe está com os exércitos e tem uma multidão de soldados sob o seu comando, então é de todo necessário que não se importe de passar por cruel; porque sem esta fama não se mantém um exército unido, nem disposto a qualquer feito (MAQUIAVEL, 2006, p. 24).

Para Hobbes e Maquiavel a constituição do Estado se fez necessária, pois sem ele os homens viveriam em um estado permanente de guerra e desconfiança e hostilidade. Através do controle político, o Estado Absolutista garante a segurança e a proteção dos indivíduos de si mesmos e de forças externas.

O Estado representativo é aquele conduzido pelo povo. Alguns exemplos são a Monarquia Parlamentar ou República Parlamentarista. O compromisso do Estado representativo é reproduzir os interesses tanto políticos como individuais da população. Essa fase de transformação do Estado prevalece na atualidade na maior parte do mundo (BOBBIO,

2007).

O Estado funciona como um contrato social, que marcou a transição do estado de natureza para o estado civil. “O estado de natureza é um estado de paz, boa vontade, assistência mútua e preservação” (LOCKE, 2008, p. 93). Ele acredita que a liberdade humana não deve ser concedida à nenhum tipo de governo, pois é um direito de cada indivíduo. O estado de natureza é um estado de harmonia, porém, esse ambiente é propício para que haja tentativas de dominação de uns sobre os outros, o que conseqüentemente gera o estado de guerra. Sendo assim, esse contrato social tem como função manter o estado de natureza (a liberdade e harmonia natural). O governo seria o responsável pela garantia dos direitos naturais básicos humanos. Locke acredita que o poder do soberano deve ser limitado e que a população tem direito de se manifestar caso o interesse da maioria não seja atendido pelo governante (LOCKE, 2008).

[...] é razão decisiva para que homens se reúnam em sociedade deixando o estado de natureza; onde há autoridade, poder na Terra do qual é possível conseguir amparo mediante apelo, exclui-se a continuidade do estado de guerra, decidindo-se a controvérsia por aquele poder[...] (LOCKE, 2008, p. 42).

O ser humano é essencialmente bom em sua natureza, entretanto, a sociedade o corrompe. Não é o governo que compõe o soberano, mas sim o povo. O governo só existe porque assim foi definido pelos cidadãos. O povo representa a soberania popular, e conseguindo manter essa soberania seria mantida também a liberdade civil e o direito a ser cidadão. O papel do Estado é fazer valer o interesse geral, é ele o responsável por garantir as condições para que os indivíduos tenham acesso à propriedade e educação, elementos vistos como instrumento para garantia da igualdade entre todos (ROUSSEAU, 2003).

É necessário achar uma forma de sociedade que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada sócio, e pela qual, unindo-se cada um a todos, não obedeça todavia senão a si mesmo e fique tão livre como antes. (ROUSSEAU, 2003, p. 31) [...] no instante em que o governo usurpa a soberania, o pacto social se rompe, todos os simples cidadãos tornam a entrar de direito na sua liberdade natural e, apesar de forçados, não têm obrigação de obedecer. (ROUSSEAU, 2003, p. 86)

Para Rousseau e Locke, a natureza humana é boa e harmoniosa, e o que torna o ambiente hostil e propício a guerra é o sistema. Desta forma faz-se necessário a constituição de um Estado que garanta a permanência do estado de natureza. Esse governo deve ser composto pelo povo e representar o interesse da maioria.

O Estado passou a ser estudado por diversos teóricos que formularam teorias para sua melhor compreensão. A teoria Marxista reconhece o Estado com um instrumento de dominação das classes. Engels faz uma interpretação precisamente econômica focando nas possíveis razões que conduziram as pessoas a reclamar os bens como seus, ou seja, a razões pelas quais surgiu a propriedade individual. Este é um marco significativo para a história do Estado, pois o em momento que surgiu a propriedade individual acarretou na eclosão da

divisão do trabalho, e consequentemente na divisão da sociedade em classes, os proprietários e os que nada tem.

O Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Há, no entanto, períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças, que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas e se torna uma espécie de árbitro entre elas (LÊNIN, 1978, p.21).

O poder político aparece como uma decorrência da nova organização. (BOBBIO, 2007). “O poder político tem a função, essencialmente, de manter o domínio de uma classe sobre outra recorrendo inclusive à força, e assim impedir que a sociedade se transforme num estado de permanente anarquia” (BOBBIO, 2007, p.15). Surge, então, o Estado Socialista, que se contrapunha ao Estado Liberal e ao modo de produção capitalista. O Socialismo visa acabar com as classes sociais, extinguir a propriedade privada e propagar a igualdade social entre todos os indivíduos.

2.2 ORDEM MUNDIAL, HEGEMONIAS E TEORIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Até o momento, o Estado foi abordado em aspecto doméstico, a partir de agora será discorrido em uma perspectiva externa. As unidades estatais interagem entre si no cenário internacional, ou seja, no ambiente onde se dão suas práticas. Isso faz com que surja uma estrutura ordenadora, relações de poder e exercício da hegemonia. Todos esses aspectos fazem parte da chamada ordem mundial e serão abordados a seguir.

A interação grupal determina alterações do comportamento das comunidades, através das suas formas de relacionamento recíproco, evidenciando simultaneamente uma «tipologia relacional ordenada no espaço e no tempo, segundo princípios de base empírica e através de formas diversificadas pela natureza intrínseca das próprias realidades socioecológicas envolvidas, permitindo o reconhecimento de manifestações de conflitualidade e da inevitabilidade das interdependências. Esta «tipologia relacional», definida pelas regularidades verificadas ao longo dos conflitos, constitui a fase embrionária de uma ordem. (SANTOS, 1997, p. 35).

A ordem mundial reconhece o fenômeno do poder e a regra da hierarquia na qual se baseiam as relações entre as unidades políticas, basicamente reflete a estrutura de poder e a forma que ocorrem as relações mundialmente. Normalmente, uma ordem mundial é estabelecida de acordo com o desfecho de um conflito. Quando ocorrem guerras, a hierarquia das potências pode ser confirmada ou modificada de acordo com os resultados do combate. Em resumo, a ordem adotada no pós-guerra é estabelecida pelos vencedores (SANTOS, 1997).

A história da maior parte das civilizações começa com a ascensão e a queda de impérios.

Na Europa não foi diferente, sua consolidação se deu a partir da desintegração do

Império Romano, em 476. A partir desse marco, o sentido de universalidade, o conjunto único de leis e a defesa comum se extinguíram, dando lugar à um novo conceito de ordem internacional (KISSINGER, 2015).

Desde então, o continente Europeu já não esteve sobre o poder de um único governo, tampouco possuiu uma identidade unitária e fixa. Esses precedentes deram lugar a formação das unidades políticas, diferentes em cultura, língua e dinastias. A nova identidade da Europa se constituiu através da resistência ao domínio universal, a fim de preservar a integridade de cada unidade (KISSINGER, 2015).

Essas unidades políticas constituíram os Estados-nação Europeus, que ascenderam gradativamente ao passo do colapso do sistema feudal, propiciado por dois grandes eventos. O primeiro foi a expansão intercontinental dessas unidades, que se lançaram à colonização de territórios. Os recursos materiais obtidos contribuíram para sua ascensão econômica. O segundo, tratou-se da propagação da autoridade política e militar baseadas na obra O Príncipe, de Maquiavel, que previa maior domínio do Estado a fim de atingir seus objetivos (LESSA, 2005).

Essas múltiplas independências nacionais possuíam capacidades diferenciadas em conduzir-se no novo sistema, tais diferenças permitiam a competição e rivalidade entre cada unidade. Para alguns autores idealistas, a competição entre os diferentes povos europeus não era sinônimo de problemas, e sim um mecanismo de equilíbrio que preservava os interesses e a autonomia de cada um. O pluralismo passou a ser a nova ordem mundial (LESSA, 2005).

Durante o novo período, houve momentos de nostalgia pela universalidade, dessa forma, ao longo da história ocorreram tentativas de restaurar esse sistema. As investidas dos Estados em busca da hegemonia provaram que existem certos tipos de acontecimentos históricos que tendem a se repetir, pois todas as tentativas culminaram em colapso (LESSA, 2005).

Gramsci, 2002, definia hegemonia como o domínio de uma classe social sobre outra, tanto em termos econômicos, como políticos e ideológicos, principalmente da burguesia sobre outras classes. No âmbito internacional, o conceito se aplica para indicar a supremacia de um Estado sobre outros.

Durante a dinastia dos Habsburgos, Carlos V, passou a governar grande parte da Europa e trouxe em seu reinado as aspirações da criação de uma monarquia universal católica, que consistia em obter liderança internacional, impondo ao mundo uma única religião e um único governo, moldado em uma autoridade central. O início do mercantilismo, a invenção da imprensa, e a eclosão da Reforma Protestante foram os marcos que deram início à idade moderna, período que trouxe uma importante mensagem para a humanidade: a universalidade já não cabe nesse mundo (KISSINGER, 2015).

O maior desafio dos Habsburgos durante seu reinado não foi a tentativa de impor o catolicismo aos protestantes, mas talvez tenha sido lutar contra potências católicas que se

uniram aos protestantes a fim de preservar as características que a nova ordem mundial havia trazido, a legitimidade das unidades, mesmo que para isso fosse necessário abrir mão, temporariamente, de seus preceitos espirituais (KISSINGER, 2015).

Essa escolha trouxe uma conclusão muito mais importante do que os próprios desfechos históricos, ela mostrou que para a preservação de um território e sua população vale tudo, um conceito que ficou conhecido como “Razão de Estado”. Armand Jean du Plessis, mais conhecido como Richelieu, personagem que protagonizou e introduziu a “Razão de Estado”, desempenhava duas atribuições, era um Cardeal e Estadista. Porém, durante a Guerra dos Trinta Anos, seu lado político falou mais alto do que o religioso (KISSINGER, 2015).

A salvação poderia ser seu objetivo pessoal, mas enquanto estadista ele era responsável por uma entidade política que não tinha uma alma eterna para ser redimida. O homem é imortal, sua salvação está no outro mundo”, ele disse. O Estado não dispõe de imortalidade, sua salvação se dá aqui ou nunca (KISSINGER, 2015, p.25).

A França, unida aos protestantes, fizera frente ao poder dos Habsburgos, pois o número de inimigos e de territórios para defender eram igualmente grandes. A tentativa dos Habsburgos falhou, e a autonomia dos Estados se concretizou com a Paz de Vestfália, tratado no qual, após muitas discussões e documentos oficializados, ficou estabelecido o conceito de soberania estatal, ou seja, cada unidade poderia livremente escolher sua estrutura interna, salvo de qualquer tipo de intervenção. A paz de Vestfália se tornou um marco na história do Estado e acarretou em uma nova ordem mundial. As relações internacionais começavam a caminhar para o que conhecemos hoje (LESSA, 2005). Em meados do século XX, este sistema internacional com o princípio de soberania já havia se expandido por todos os continentes e continua a constituir o arcabouço da ordem mundial atual (SANTOS, 1997).

Após o colapso dos Habsburgos foi a vez da França entrar em cena com suas pretensões hegemônicas. Luís XIV, coroado em 1654, contribuiu fortemente para a expansão do país, consolidando o poderio francês. Este crescimento acelerado motivou as demais potências europeias a interceptar no jogo da França, desatando diversas guerras para desgastar as pretensões francesas de dominação. Mais uma vez a potência candidata à hegemonia tinha inimigos demais, e o final foi previsível. Já em 1804 o novo líder francês, Napoleão Bonaparte, deu início ao chamado ciclo de guerras napoleônicas, que consistia em conflitos imperialistas que garantiriam a hegemonia Francesa na Europa. Napoleão perdeu para uma aliança composta pelas demais potências europeias. O congresso de Viena, proclamado pelos vencedores após a derrota de Napoleão, reorganizou o mapa político europeu e tentou frear a difusão de ideias liberais, tudo conforme seus interesses (LESSA, 2005).

Essas tentativas de se sobrepor às demais nações fracassaram devido à um mecanismo que surgiu junto com o Estado moderno, a Balança do Poder, que passou a ser o objetivo de política externa dos Estados. Dessa forma, aquele que aspirasse a hegemonia se veria no meio

de uma coalizão entre os demais Estados, tudo isso a fim de manter o equilíbrio no continente. Afinal, o principal objetivo de uma “Ordem internacional” é alcançar um equilíbrio, para assim evitar guerras permanentes. Por muito tempo a Balança do Poder evitou a destruição da Europa, apesar de haver conflito, pode-se dizer que os impactos foram reduzidos devido à esse mecanismo (KISSINGER, 2015).

Dentro desse contexto, um Estado se destacou por tentar a hegemonia por outros meios que não a força. A Inglaterra, que se manteve parcialmente afastada do cenário de guerras continentais, se concentrou em estabilidade interna, tendo suas aparições pontuais apenas para ajudar a conter as pretensões imperialistas de Áustria, Espanha e França. Isso colaborou para que o Estado alcançasse a democracia mais cedo do que as outras potências. A constituição da monarquia parlamentar trouxe estabilidade política, o que favoreceu o avanço econômico. Foi através do comércio que a Inglaterra conquistou o mundo, conduzindo uma diplomacia, aparentemente pacífica, constituindo um “imperialismo liberal” (LESSA, 2005).

Todas essas tentativas de dominação e imperialismo refletem a condição conflituosa das relações internacionais, que nada mais são do que uma extensão das relações humanas. Assim como exposto anteriormente, para Hobbes, a natureza humana é egoísta, incerta e nociva, condições que incentivam o conflito entre os indivíduos, pois os mesmos buscam constantemente o poder e a glória. Essas características se estendem aos Estados, seres racionais, que fazem o necessário para atingir seus objetivos. A “Razão de Estado” de Richelieu é um grande exemplo, pois reafirma que em prol das aspirações do Estado e do interesse nacional vale tudo. Muitas vezes, ao perseguir seus interesses no cenário internacional, um Estado acaba interferindo no interesse de outro, o que gera um ambiente de hostilidade e o estado permanente de guerra. Justamente pelos Estados possuírem soberania e não existir um poder superior à eles, o cenário internacional é caracterizado por uma permanente anarquia (WALTZ, 2002).

A Teoria Realista de Relações Internacionais contempla as relações entre Estados se guiando pelas perspectivas acima. A teoria considera uma visão negativa da natureza humana e julga o Estado como o principal ator das relações internacionais. A arena internacional seria repleta de rivalidade, onde não haveria espaço para a cooperação, pois a atuação do Estado é unilateral e guiada por interesses próprios. As unidades não são confiáveis e possuem a força como o maior mecanismo de atuação. Todos esses elementos que caracterizam as relações entre os Estados são as responsáveis pela condição de hostilidade que regem as relações internacionais, tornando a guerra uma condição inevitável (JACKSON; SORESENSEN, 2013).

Em contraposição ao Realismo nasce o Liberalismo, alegando que existem formas de tornar o sistema internacional mais pacífico e cooperativo. O Liberalismo é uma tradição herdeira do Iluminismo que afirmava que os seres humanos são capazes de definir seu destino de forma autônoma, sem depender de uma igreja ou monarquia, esses preceitos são aplicados também nas relações internacionais. Para essa corrente, o Estado seria um mal necessário,

pois ele defende os povos de ameaças externas, porém, existe o risco de se transformar em um Estado tirano. A teoria se concretiza depois da Primeira Guerra Mundial, com as ideias do presidente norte-americano Woodrow Wilson, trazendo os princípios de livre-comércio, democracia e instituições (WALTZ, 2002).

O presidente fez grandes contribuições para a teoria, entre elas, cunhou o princípio de Autodeterminação dos Povos, incorporado à carta das Nações Unidas e ao direito internacional, cuja principal premissa é o direito de um povo à soberania e à liberdade de decidir sobre seu governo e economia sem influências de um povo alheio ao seu, ou seja, forças estrangeiras (JACKSON; SORENSEN, 2013). Essas contribuições culminaram em uma nova teoria das Relações Internacionais, o Irredentismo, que nasce como um derivado do liberalismo, porém, aplicada especificamente à autodeterminação dos povos, independências e secessão de territórios. A teoria ainda está em fase de construção.

O primeiro grande debate das Relações Internacionais foi protagonizado pela teoria do Liberalismo e Realismo. O Liberalismo foi taxada como idealista e utópica pelos realistas, sobretudo após a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Porém, ainda hoje, ambas se configuram como os paradigmas dominantes na teoria das Relações Internacionais (JACKSON; SORENSEN, 2013).

2.3 NAÇÕES E NACIONALISMO

Além do Estado existem outras unidades que possuem relevância e podem interferir no ambiente externo. As chamadas nações, que serão tratadas na sessão a seguir, também são movidas por interesses e podem atuar de forma conflituosa impactando o cenário internacional, assim como um poderoso movimento proveniente delas, o nacionalismo.

2.3.1 Conceitos

Nacionalismo é um conceito que só pode ser interpretado se antes discutido outros dois importantes: Estado e nação.

A ideia de que o Estado nasce com a nação não corresponde à realidade na maior parte dos casos, pois a nação seria de fato uma construção ideológica posterior, tendo muitas vezes a nação sido “construída” pelo Estado. A emergência natural das nações teria sido em realidade impossível em razão da ignorância das massas, da diversidade de etnias e de religiões, da ausência de tradições reais, efetivas, da tardia fixação das línguas, das difusas tradições orais e, portanto, a emergência de uma nação teria sido somente possível após o surgimento do Estado moderno, que organiza uma administração central do Estado, e como consequência dos programas de educação pública, do serviço militar e da vontade dos dirigentes de unificar as populações. Todavia, se isso ocorre, ou seja, se as nações foram construídas pelos Estados, torna-se necessário procurar esclarecer como surgiram os Estados (GUIMARÃES, 2008, p.148).

Ao final do império romano, as tribos barbaras ocuparam as províncias romanas e pouco a pouco se constituíram os feudos, territórios presididos por líderes com soberania política e militar mais ou menos limitada. Estabelecem-se as línguas locais e o cristianismo como religião oficial. Porém, essas regiões não eram de mesma origem, e não partilhavam das mesmas tradições. Esses sistemas feudais eram frouxamente submetidos à um poder central, no caso, um feudo maior. Em virtude de direitos hereditários, como casamento e morgadio, guerras de conquistas, entre outros, os territórios menores acabavam submetidos aos maiores, gerando um agrupamento de unidades. Assim se formam os Estados nacionais europeus, que em realidade agrupavam povos heterogêneos. Existem duas classificações: nações e nações históricas. As nações caracterizam os laços formados após a configuração formal do Estado. Essa nação, que compreende em uma comunidade de indivíduos que depois de certo tempo de união contraem laços culturais, linguísticos e até mesmo étnicos, e vinculados social e economicamente, passaram a partilhar uma visão de futuro em comum, tornando-se cada vez mais ligados. É o caso da nação espanhola, nação francesa, Italiana, etc. As nações históricas são aquelas formadas antes da instituição formal do Estado, ou seja, uma comunidade que já possuía uma identidade definida antes de estabelecer um ordenamento jurídico. Elas são também chamadas de sub-regiões, pois acabaram sendo anexadas por regiões maiores culminando na formação de um Estado, como é o caso da Catalunha, Escócia, etc. Essas nações não perderam suas características mesmo após anos de integração à um Estado com distintos atributos (GUIMARÃES, 2008).

Para Hobbes, 2015, uma nação é basicamente uma associação de habitantes de uma província, país ou reino vivendo dentro de um mesmo estatuto e tendo interesses em comum, independente de laços étnicos e culturais. O autor acreditava que as nações possuem um contexto particularmente econômico, pois não foi um acaso o fato do surgimento das nações terem ocorrido ao mesmo tempo em que surgiram as bases para o livre-comércio. O capitalismo foi criado na Europa precisamente devido à pluralidade política que se desenvolveu junto ao Estado-nação. A divisão da humanidade em nações autônomas é essencialmente útil para que se desenvolva um princípio de competitividade econômica.

Para Griffith, 1843, o Estado-nação é heterogêneo porque seria composto por uma grande nação predominante e por outras menores que, devido ao tamanho, não poderiam competir economicamente e sobreviver sozinhas e por esta razão se anexariam e se submeteriam à um só governo. Assim são os mais tradicionais como Espanha, França e Grã Bretanha (NASCIMENTO, 2016).

O nacionalismo, por sua vez, é o sentimento de lealdade à nação. A principal ideia do nacionalismo é a autodeterminação, ou seja, o ato de decidir por si mesmo e escolher livremente seu destino. Normalmente este sentimento vem acompanhado de alguma reivindicação, que pode ser a independência política, o fim de algum tipo de opressão, ou a modificação das políticas de um Estado para assegurar seus interesses (GUIMARÃES, 2008).

Existe um princípio sobre a necessidade da nação e do Estado coincidirem, esse princípio é conhecido como nacionalismo. Esse movimento surge quando há uma violação desse princípio. Para os nacionalistas é necessário que haja um Estado composto por comunidades que partilhem símbolos, crenças, e modo de vida (GUIBERNAU, 2012).

2.3.2 O papel do liberalismo e nacionalismo na configuração do Estado nacional no século XIX

O Estado absolutista se consolidou através da centralização do poder em torno da monarquia e a transição da economia feudal para a economia mercantilista. A França absolutista era dividida socialmente em três Estados, onde o primeiro Estado, composto pelo alto e baixo clero, e o segundo Estado, composto pela nobreza, gozavam de benefícios econômicos e jurídicos. Enquanto o terceiro Estado, composto por burgueses, artesãos e camponeses eram responsáveis pelo sustento do país, incluindo os privilégios e extravagâncias dos demais (LESSA, 2005).

Jean-Jacques Rousseau, padrinho da revolução Francesa, formulou alegações universais que conduziram os leitores a indagar a sociedade em que estavam imersos, os receptores de suas obras passaram a questionar a divisão das classes sociais, a religião, a autoridade governamental e toda a sociedade civil. A revolução sucedeu devido à uma racionalização coletiva da sociedade humana, que percebeu a realidade fraudulenta à qual estavam submetidos. Através das ideias iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade o terceiro Estado da França absolutista se revolucionou contra o sistema em prol de maior participação política e de direitos iguais entre os cidadãos (KISSINGER, 2015).

Os documentos foram traduzidos em diversos idiomas, pois a assembleia nacional se encarregou de propagar o conteúdo alegando que a França se libertou de si mesma, e que seria oferecido apoio à todas as nações que desejassem estabelecer sua liberdade (KISSINGER, 2015).

E dessa forma sucedeu, a onda revolucionária que vinha da França chegou à diversas localizações, provando que transformações internas podem convulsionar o equilíbrio internacional. As ideias de liberdade se espalharam rapidamente por toda a Europa. Em Portugal, Espanha e Itália a revolução influenciou movimentos que clamavam o fim do poder absolutista e a adoção de um governo constitucional. Na Áustria houve a renúncia do gabinete conservador e a convocação de uma assembleia constituinte (LESSA, 2005).

No mesmo período deu-se uma onda nacionalista, movimento que substituiu a fidelidade ao monarca pela fidelidade à nação. As revoluções liberais, influenciadas pela revolução francesa, somada aos movimentos nacionalistas conduziram a Europa a uma nova configuração. Como no caso da Bélgica, onde a revolução garantiu sua independência da Holanda. O exército Polonês, vendo o sucesso da Bélgica e da França, se levantou contra a

dominação da Rússia, porém, não obtiveram o mesmo resultado satisfatório na época. A Hungria, por sua vez, conseguiu sua independência da Áustria. Na maioria dos casos, os conflitos contaram com um forte combustível, as antigas rivalidades étnicas de diferentes povos que estavam submetidos ao mesmo poder de comando (LESSA, 2005).

Essa onda nacionalista também originou movimentos que clamavam pela integração, como no caso da Itália e Alemanha. A Itália era dividida em três zonas de influência, o governo do Papa, o governo Habsburgo e o governo de verdadeira linhagem italiana que constituía o reino de Sardenha-Piemonte. O reconhecimento mútuo entre os reinos foi o fator que garantiu a unificação do que mais tarde se chamou Itália. Já a Alemanha era fragmentada em diversos reinos, sendo o principal a Prússia. Inicialmente foi realizada a integração entre os reinos do Norte, criando a Confederação Germânica do Norte. Para atrair os reinos do Sul para a unificação, a artimanha usada foi a guerra com a França. O lançamento da “ideia nacional” inflou o patriotismo de todos os alemães, levando a concepção de que todos tinham os mesmos interesses. Essa estratégia diminuiu cada vez mais as diferenças que dificultavam o projeto de integração (LESSA, 2005).

Na perspectiva liberal não foi a similaridade de cultura, religião e língua que propiciou a unificação da Alemanha e da Itália, e sim a ideia de implementar economias nacionais. Teóricos acreditam que o liberalismo, assim como a nação, se desenvolveu na Europa devido à pluralidade do continente. A economia se desenvolveu baseada nos Estados territoriais, que passaram a imergir no sistema mercantilista em busca de riquezas. Esses Estados territoriais eram de grande porte, isso é, ao mencionar o capitalismo no século XIX e XX é inevitável chegar até a economia Britânica ou Francesa. O desenvolvimento foi vinculado às economias nacionais. Não havia espaço para mini Estados devido à insignificância em sua economia. A divisão da humanidade em nações é essencial para a economia, pois essa fragmentação é necessária para que se desenvolva um clima de competitividade econômica (HOBSBAWN, 2002).

As revoluções de cunho liberal e nacionalista, somados à outras tensões que surgiram, tiveram grande impacto no sistema internacional e contribuíram para a formação dos Estados contemporâneos. As vitórias dos conflitos se materializaram em ganhos sociais, como a reforma política que incluía o sufrágio universal, e também na ordem europeia, uma vez que a Alemanha, ao unificar-se, assomou-se como maior potência continental, ao passo em que outros Estados emergiram como novos atores soberanos no sistema internacional (LESSA, 2005).

Nesse sentido, a nação deveria ser tão grande como para poder gerar o desenvolvimento econômico demandado e ter recursos suficientes para ser capaz de competir com as demais. Sendo assim, esperava-se que os movimentos nacionais fossem movimentos de expansão ou unificação nacional. Os povos menores como sérvios e croatas deveriam fundir-se, assim como os tchecos e eslovacos, ou os poloneses com os lituanos. A junção dos

“pequenos povos” constituiriam grandes unidades econômicas, completamente capazes de competirem entre si, e trariam progresso e o desenvolvimento à todas as nações. A Itália e Alemanha teriam sido influenciadas por esta corrente (LESSA, 2005).

A combinação do pensamento liberal e nacionalista teve um efeito explosivo, gerando grandes consequências. Houve a independência de Estados como Bélgica e Grécia, adoção do Parlamento constitucional na Prússia, abolição da servidão Feudal na Áustria e a unificação de duas figuras-chaves nas relações internacionais, a Itália e Alemanha (LESSA, 2005).

Esse marco fundamental na formação do mundo contemporâneo, tem orientado e influenciado com as suas ideias e ações o universo político no mundo ocidental até hoje. (LESSA, 2005). A revolução francesa foi a responsável pelas reformas sociais e políticas no mundo, como o sufrágio universal. Além do mais esses movimentos liberais se materializaram nas conquistas que originaram os direitos humanos. Dois séculos mais tarde resquícios da Revolução Francesa encorajaram os Expurgos Russos nos anos 30 e a Revolução Cultural Chinesa entre 1960 e 1970 (KISSINGER, 2015).

2.3.3 Psicologia do nacionalismo

Normalmente o nacionalismo é relacionado à ideologias ultraconservadoras combinadas de atitudes hostis e apontado como responsável por fenômenos políticos perversos como guerras, discriminação e violência. Kedourie, 1985, considera o nacionalismo uma das doutrinas mais maléficas para a humanidade, causador de diversos conflitos e catástrofes que atingem principalmente inocentes. Ele ainda conclui que o nacionalismo reflete a percepção de superioridade nacional e dominação (SABUCEDO; FERNANDEZ, 1998).

Para Fernandez, 2008, essas teses são errôneas, pois nem todos os movimentos nacionalistas possuem essas características. O movimento é sempre associado à Hitler e a doutrinas imperialistas que justificam a dominação de outros povos pela suposta superioridade racial. Entretanto, é necessário levar em conta que os primeiros episódios nacionalistas foram totalmente opostos. Durante o século XVIII e XIX o movimento defendia a soberania popular e possuía um caráter progressista. Assim como na África e Ásia, onde a doutrina foi responsável pela independência dessas regiões dos antigos impérios (SABUCEDO; FERNANDEZ, 1998).

Além do mais, cabe lembrar que atualmente existe uma onda nacionalista de sub-regiões que clamam por independência, como é o caso da Catalunha e Escócia. Esses povos são minorias dentro de seus respectivos Estados, e não possuem elementos imperialistas em seu discurso (ABRÃO, 2007).

O nacionalismo esteve relacionado tanto à ideologias progressivas como ultraconservadoras, sendo assim, é impossível associa-lo à uma ideologia concreta, pois não existe uma característica universal. Trata-se uma dinâmica política inane que acaba sendo preenchido com particularidades específicas de cada grupo, desta forma ele pode adotar

diferentes formas políticas. É a analogia social ou o conteúdo ideológico do grupo que acompanha as demandas e determina a forma política concreta do nacionalismo adotado, eles são responsáveis pela produção de fenômenos colaterais como a xenofobia, progresso, intolerância, agressão, ou separatismo, etc. (SABUCEDO; FERNANDEZ,1998).

O nacionalismo separatista, por exemplo, é uma consequência das minorias étnicas que são atreladas à Estados com o qual não possuem elementos em comum, ou que por algum motivo não se sentem parte da unidade à qual integram. O artigo 1ª da Carta da Organização das Nações Unidas - ONU, aborda o direito coletivo de autodeterminação daqueles povos que apresentam uma identidade coesa. Trata-se, basicamente, do direito dessas comunidades de se autogovernarem e decidirem seu futuro político. Esse princípio é muito antigo, tendo aparecido inicialmente na declaração de independência dos Estados Unidos, posteriormente na Declaração dos Direitos do Homem durante a Revolução Francesa, e finalmente nas Nações Unidas. Mais recentemente, foi incorporado aos princípios do direito internacional (NORONHA, 2008).

Sendo assim, o nacionalismo em si, ou a reivindicação de certos grupos e comunidade de conseguirem seu direito de autodeterminação não pode ser visto como algo negativo, já que muitas vezes as relações intergrupais podem ser ilegítimas e injustas (SABUCEDO; FERNANDEZ,1998).

O termo nacionalismo foi empregado tanto no século XIX quanto no XX, na I e II Guerras Mundiais e nos movimentos de liberação nacional. É utilizado para mobilização patriótica tanto por democracias quanto por ditaduras, tanto por regimes de esquerda quanto de direita. Pode funcionar como elemento de coesão política e instrumento de solidariedade em uma comunidade, mas, também, como fator de diferenciação e exclusão social (CARVALHO, 2016, p.27).

O nacionalismo tem um caráter essencialmente psicológico, pois traduz-se na luta pela procura da identidade ou da consolidação da mesma, no intento de conseguir sentido para a vida. É um sentimento tão poderoso que se sobrepõe a quase todos os outros, assumindo influência decisiva na política. No seu mais amplo significado, a palavra nacionalismo designa a atitude mental que confere à entidade nação um altíssimo posto na hierarquia de valores. Apesar deste sentimento ser normalmente associado à Revolução Francesa, ele é ainda mais antigo que esse marco histórico, sendo um dos mais antigos da humanidade (BRANCO,2007).

Foi durante a idade média que começou a despertar sentimento de revolta das camadas populares contra invasores estrangeiros ou devido à subjugação de autoridades políticas

estranhas. Nesse período surgiram exemplos celebres como as reações dos franceses contra os ingleses, no contexto da Guerra dos Cem Anos, e o germen nacionalista das nações medievais da Península Ibérica, nomeadamente a portuguesa, contra o espaço muçulmano nela instalado e instituído, a partir de 711 (BRANCO, 2007).

Porém, o nacionalismo se consolidou após a idade moderna. A partir de então, os conflitos começaram a ser cada vez mais pautados nas diferenciações entre grupos sociais, o pluralismo já não foi mais visto como parte da ordem natural. Com o surgimento do Estado moderno, surgiu um sistema com novas características, características essas que originaram o nacionalismo (BRANCO, 2007).

Ao surgir uma nova ordem social em que o direito à educação é a condição prévia de todas as especialidades, a cultura, considerada dominante, passa a reger toda a sociedade, caracterizando-a. As identidades nacionais são o produto combinado das primeiras tecnologias de comunicação de massas, que asseguraram a difusão de textos impressos, acessíveis no seu custo, por um lado, e de estratégias de homogeneização sociocultural imposta pela Revolução Industrial, por outro. Existem um paralelismo entre o nacionalismo e o protestantismo, doutrina religiosa que demonstrou possuir as características mais relevantes do novo mundo que emergia e no qual se destaca a igualdade de acesso à educação e à cultura.(BRANCO,2007, p.9).

As diferenças se evidenciaram ainda mais após a era industrial, pois a partir desse momento se acentuou a desigualdade econômica, social e política entre os povos e nascem as expectativas de hegemonia cultural. Há indícios de que os nacionalismos emergem e se tornam violentos em situação de crise econômica, e têm êxito quando todos os estratos sociais passam a considerar a revolução indispensável para a prossecução dos seus fins (BRANCO, 2007).

Para Ventós, 1994, existem três tipos de fatores que geram movimentos nacionalistas. Eles são: fatores primários, indutores e induzidos.

Os fatores primários são as tradições, as comunidades de sangue, raça e etnia, língua, território, culto religioso e cultura. Ou seja, os fatores preliminares, as características que diferenciam um povo de outro. Os indutores são os resultantes da modernização dos Estados, como o estabelecimento de uma rede nacional de comunicações, de mercados ou cidades, da divisão do trabalho e de uma economia monetária, da contabilidade pública, da revolução científica e técnica, pois através desses fatores se acentuam as diferenças e a modernidade se encarrega de propagar mais rapidamente a consciência dessas diferenças e as “necessidades” de autodeterminação. Os induzidos são os utilizados pelo poder central visando a unificação ou fragmentação de territórios, a homogeneização dos indivíduos perante a lei e a transformação da interdependência dos mesmos numa nova forma de identidade nacional, ou a ruptura de unidades políticas em prol da eclosão de novas identidades nacionais. Ventós também aponta que os casos de nacionalismo mais fortes são os que possuem elementos relacionados aos três fatores. Como o caso da Catalunha, que reivindica independência política, alegando diferenças culturais, linguísticas etc., e injustiça econômica e opressão

social por parte do governo espanhol (VENTÓS, 1994).

2.4 GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO REGIONAL E SUPRACIONALIDADE

A nova ordem mundial, iniciada após o desfecho da Segunda Grande Guerra, trouxe consigo importantes características que marcam a atualidade, como por exemplo a intensificação da globalização, a restrição de poder do Estado nacional, e a formação de blocos econômicos (SANTOS, 1997).

O processo de mundialização veio à tona, a partir do incremento dos fluxos globais de comércio, capital, mercadorias, conhecimento e informações. Pode-se afirmar que esse processo envolve o ingresso de novos padrões tecnológicos ou o incremento da concorrência de mercado em escala planetária como também a elevação dos investimentos, devido ao aumento da liberalização do comércio internacional e à desregulamentação financeira, tendo profundos impactos em variadas esferas da vida social na atualidade (OLIVEIRA, 2010, p 23).

A globalização, conhecida como uma intensificação nas relações em escala mundial, foi e é responsável pela abertura de fronteiras, abertura externa dos mercados nacionais e investimento no exterior. Da mesma forma que influenciou a maior retirada de entraves nas operações de investimento do capital (OLIVEIRA, 2010).

Um grande debate que marcou a discussão sobre os fundamentos da cena internacional foi o significado do poder nas relações internacionais e, em particular, do papel do Estado nacional enquanto ator das relações internacionais. Para os teóricos da abordagem realista, o Estado aparece como o poder estruturante do sistema mundial, que explica as relações de força no terreno internacional. Por sua vez, os idealistas apresentam como uma das suas temáticas preferenciais a possibilidade dos atores coletivos poderem cooperar para além das fronteiras, ou seja, a possibilidade de utilização de instrumentos cooperativos acima dos poderes das potências estatais (OLIVEIRA, 2010, p. 31).

Um dos fatores responsáveis pela certa “contenção” do Estado- Nação na atualidade foi a divisão internacional do trabalho e o aumento das transações econômicas transnacionais, pois essas atividades acontecem fora do controle dos governos o que acarreta na extenuação do poder estatal, formando uma economia mundial com a capacidade de intervenção do Estado reduzida (OLIVEIRA, 2010).

Nesse contexto, nascem também as chamadas integrações regionais, que segundo Velascos, 2007, podem ser definidas da seguinte forma: “Associação voluntaria de Estados estabelecida por acordo internacional, dotada de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregada de gerir interesses coletivos e capazes de expressar a vontade de seus membros juridicamente” (VELASCOS, 2010, p. 43).

O processo de integração regional envolve dois conceitos básicos: Integração e região. Uma região pode ser definida por diversos critérios, como econômicos, climáticos e

socioculturais, entre outros. Porém, o principal entendimento de região é uma localidade territorial (HERZ, 2015).

A nova configuração das Relações Internacionais permitiu, então, que outras formas de poder passassem a exercer maior importância no sistema-mundo. Multiplicou-se o número de atores ao passo que surgiram mecanismos alternativos de associação e de gestão de poder, distintos do Estado-Nação clássico (SILVA; COSTA, 2013, p.8).

Os processos de integração regional englobam cooperação em diversas áreas, como econômica, sociocultural, político-institucional, desta forma o escopo das atividades de cooperação é bastante amplo, além de envolver questões sociais, políticas e culturais (HERZ, 2015).

Existem dois períodos históricos de regionalismo, a primeira onda se iniciou nos pós Segunda Guerra Mundial, no qual nasceram tratados como a Organização dos Estados Americanos (OEA), Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), Associação do Sudeste Asiático (ASEAN), organização Europeia de Cooperação Econômica (OCDE), entre outras (HERZ, 2015).

O surgimento da primeira onda foi fortemente influenciado pelos Estados Unidos, que tentava conter a expansão da União Soviética propagando uma maior ligação entre os Estados ocidentais e promovendo a segurança coletiva (HERZ, 2015).

Já durante a segunda metade da década de 1980 se deu a segunda onda de regionalismo, na qual novos acordos de integração foram instituídos, e outros já existentes foram revigorados. Neste momento se constituiu o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Cooperação Econômica Ásia Pacífico (APEC), etc. (HERZ, 2015).

Neste contexto, ressalta-se as organizações de integração regional que se transformaram em tendência mundial a partir da década de 1950 do século passado e que tem na União Europeia o exemplo mais ousado em virtude dos seus fins, das competências que receberam dos seus Estados Membros e pela estruturação das suas instituições (SILVA; COSTA, 2013, p.16).

Na Europa, apesar dos obstáculos, o processo de integração atingiu um grau de desenvolvimento que o elevou a condição *sui generis*, ou seja, único em seu estilo (SILVA; COSTA, 2013).

2.4.1 União Europeia

O desenvolvimento do regionalismo europeu simboliza uma espécie de renascimento da Europa como um ator de importância no cenário mundial, pois após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial, houve grande perda do antigo domínio das potências europeias (OLIVEIRA, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa encontrava-se devastada e a probabilidade de uma nova guerra era cada vez mais evidente devido ao sistema bipolar que emergiu no desfecho do conflito. Além do mais, ainda havia sentimentos mal resolvidos entre a França e a Alemanha, e todos os demais países se preocupavam com a eclosão de novas hostilidades entre ambas unidades, como ocorrera anteriormente (OLIVEIRA, 2010).

Outra situação preocupante para os países era a profunda crise econômica à qual estavam submetidos. A Europa sangrava nos pós Segunda Guerra Mundial, pouco restou de tudo o que havia sido construído anteriormente. Essa crise econômica afetou toda a comunidade internacional, impactando principalmente o comércio com os outros países, fato que incomodou profundamente os Estados Unidos, uma vez que a esfera comercial era de grande relevância para esse país (SILVA; COSTA, 2013).

Jean Monnet, comissário do plano de modernização da França, trabalhava na reconstrução do país de acordo com o Plano Marshal, um plano de investimento americano no processo de reconstrução europeu, e se preocupava com o fato da Europa estar dependendo cada vez mais dos Estados Unidos. Diante de tantos problemas, Monnet tomou uma decisão que parecia ser uma saída para todas essas adversidades, colocar o carvão e o aço, um recurso importante para a indústria da guerra e fonte de disputa entre Alemanha e França, nas mãos de uma instituição que regulasse o recurso e que impedisse a rivalidade entre os países. Dessa forma, os recursos serviriam para promover a paz e não a guerra, pois a responsabilidade conjunta demandaria a cooperação entre os Estados (SILVA; COSTA, 2013).

Robert Schuman e Charles de Gaulle adotaram a ideia junto à outros governes europeus e, em nove de maio, Schuman escreveu a declaração que deu início a integração, composta pela Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Itália, nomeada inicialmente como Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – CECA (OLIVEIRA, 2010).

Em 1950, Jean Monnet, articulador de acordos de cooperação européia, e Robert Schuman, ministro dos negócios estrangeiros da França, (chamados correntemente de “pais fundadores”) fomentam a assinatura do acordo entre a Alemanha e a França em torno do carvão e do aço da região do Ruhr, dando início a uma nova estratégia de conciliação e cooperação entre os dois países. O plano Schuman, inspirado em Monnet, propunha colocar as bases comuns do desenvolvimento econômico e criar uma solidariedade de fato entre a França e a Alemanha, e, posteriormente, agregar a Itália e os países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo). (OLIVEIRA, 2010, p. 87).

A integração europeia surgiu como uma resposta para os diversos problemas enfrentados no pós-guerra. Favoreceu na reconciliação Franco-Alemã, produziu a liberação dos mercados e o aumento da interdependência. Além do mais, a integração se desenvolveu fortemente influenciada pelo contexto político da ordem mundial que se formava, marcada pela bipolaridade do sistema, onde Estados Unidos e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) disputavam zonas de influencia mundialmente (OLIVEIRA, 2010).

Na atualidade, a União Europeia se difere das demais organizações internacionais de

integração regional pelo fato de que suas formulas organizativas são mais parecidas com estatais, como, por exemplo, a participação do cidadão europeu nos processos, a concessão e apresentação de demandas perante os tribunais comunitários. Além do mais, a organização supranacional outorga cidadania europeia, e seu ordenamento jurídico comunitário não pode ser derogado ou alterado por legislações nacionais. Entretanto ela não está totalmente desvinculada das estruturas de uma organização internacional, pois continua sujeita a determinadas normas do direito internacional, e os Estados não perdem totalmente sua soberania de forma que o elemento estatal não é extinguido (OLIVEIRA, 2010).

3 COMPOSIÇÃO DA ESPANHA E CATALUNHA

Os Estados Europeus possuem uma particularidade em comum no que se refere à sua configuração. Todos passaram por dinastias que foram responsáveis por conquistas de territórios, culminando na formação do mapa que hoje conhecemos. Essas anexações e desmembramentos de territórios aconteceram através de batalhas, e também de forma hereditária. São as consequências dessas divisões, muitas vezes executadas sem considerar a identidade dos povos, que refletem a ânsia de separação de algumas sub-regiões na atualidade. No capítulo a seguir será abordada a história de formação e desenvolvimento do Estado espanhol e o progresso da relação com a nação da Catalunha, bem como dados gerais de ambas unidades.

3.1 ESPANHA

O Reino de Espanha está situado na Europa Mediterrânea, na Península Ibérica. O território compreende em uma extensão de 505.991 km², que além de integrar a área peninsular, também inclui as Ilhas Baleares no Mar Mediterrâneo, as cidades Ceuta e Melilla no norte da África e as ilhas Canárias no oceano atlântico. A população espanhola é de aproximadamente 46.524.943 habitantes, da qual cerca de 9% é estrangeira (ICEX, 2016).

70,9% da população espanhola é de religião católica. A língua oficial de todo o Estado é o castelhano. Catalão, Vasco, Valenciano e Galego são línguas oficiais em suas respectivas comunidades. As principais cidades da Espanha são: Barcelona (1.604.555 habitantes), Valencia (786.189), Sevilha (693.878), Zaragoza (664.953), Málaga (569.130), além da capital Madrid (3.141.991) (ICEX, 2016).

A administração do Estado espanhol está dividida em comunidades denominadas autônomas, ou seja, comunidades que gozam de governos próprios e que possuem autonomia para desenvolver medidas para a educação, saúde, saneamento, cuidados com o meio ambiente, etc. Atualmente existem 17 comunidades autônomas, que regem 50 províncias, além de duas cidades autônomas, Ceuta e Melilla (ICEX, 2016).

As comunidades autônomas são organizadas por um parlamento e uma assembleia eleita pela população, juntos esses órgãos elaboram leis que regem cada comunidade. A lei mais importante das comunidades é o Estatuto de Autonomia que define as competências e aspectos com os quais a comunidade pode governar (ICEX, 2016).

Das 17 comunidades autônomas, 3 são denominadas nações históricas, ou seja, nações cuja formação se deu antes mesmo da instituição do Estado. São elas: Catalunha, País Basco e Galiza (NASCIMENTO; BATISTA; ALBUQUERQUE, 2016).

As leis elaboradas pelas comunidades autônomas não podem ir contra a Constituição

espanhola, que representa o ordenamento jurídico máximo do Estado. As comunidades também não possuem autonomia para certas práticas de política exterior, como a realização de tratados e acordos, já que é uma área de total competência do Estado (ICEX, 2016).

Esta divisão faz com que a estrutura do Estado espanhol seja descentralizada, diferente do tradicional modelo administrativo de países do resto da Europa, como França e Alemanha. Esse ordenamento funciona basicamente como vários governos regionais ligados à um governo central, que apesar de possuírem competência interna, partilham da dotação econômica do Estado (ICEX, 2016).

O artigo 143 da Constituição espanhola, que reconhece a autonomia das comunidades, não obriga que toda a estrutura administrativa estatal seja feita dessa forma, caso alguma região não queira usufruir da divisão autônoma (ROMÃO, 2013).

Seja pelas diferenças culturais, que se refletem na existência de línguas próprias em determinadas comunidades, pela forma como se permitiu a algumas autonomias adquirir mais competências em menos tempo ou pelo reconhecimento de direitos históricos que consubstanciam regimes fiscais alternativos ao regime geral, a Espanha caminhou para um modelo não uniformizado. (ROMÃO, 2013, p. 7).

A Espanha faz parte da União Europeia, organização de integração regional, e representa a quinta maior economia do bloco europeu, com um PIB de aproximadamente 1.113.851M (ICEX, 2016).

Mapa - Europa Ocidental: Divisão Política



Fonte: UOU Educação (2012)

3.2 CATALUNHA

A Catalunha é uma das 17 comunidades autônomas da Espanha. Situada no nordeste da península, a região conta com uma extensão territorial de 32.113 Km², e é composta por

uma população de aproximadamente 7.412.194 habitantes. A língua oficial é o castelhano e catalão. 4 províncias compõem a Catalunha, elas são Barcelona, Girona, Lérida e Tarragona (ICEX, 2016).

Trata-se de uma das regiões mais ricas da Espanha, com um PIB de 27.663€ euros per capita, enquanto grande parte das outras comunidades espanholas possuem um PIB per capita de aproximadamente 24.000€ (ICEX, 2016).

O sistema institucional no qual se organiza politicamente o autogoverno da Catalunha se denomina *Generalitat*, que está integrado por um parlamento e presidência, com sede permanente na capital da comunidade, Barcelona. O parlamento goza de autonomia organizativa, financeira e administrativa, e o autogoverno se fundamenta em direitos históricos do povo catalão, ou seja, direitos embasados nessa identidade nacional minoritária. A tradição jurídica, que se incorporam no estatuto de *Generalitat* também reforça o reconhecimento do direito civil, língua, e cultura catalã (APARICIO, 2015).

Por ser uma nação histórica, a sub-região alega ter necessidades específicas como, por exemplo, a proteção de sua língua e cultura. Para isso é necessário que a comunidade seja a responsável pelo controle da educação, meios de comunicação, e divulgação cultural, a fim de impedir que as características da nação se extingam (NASCIMENTO; BATISTA; ALBUQUERQUE, 2016).

A Catalunha possui um grande poder de barganha no Estado, pois, além de representar aproximadamente 20% da economia espanhola, a região é estratégica, com uma localização fronteiriça com um dos maiores parceiros comerciais da Espanha, a França, além de deter alta capacidade produtiva e ser referência em logística. Grande parte dos produtos comercializados entre a Espanha e Europa, passam pelos portos da Catalunha (APARICIO, 2015).

Mapa - Las ciudades de Espanha



Fonte: Martins (2015)

3.3 ORIGENS

O território que atualmente compreende a Espanha era conhecido como Ibéria pelos gregos, e Hispania pelos Romanos na antiguidade. De fato, as características do Estado espanhol nascem na antiguidade, junto com a queda do Império Romano. A partir desse momento a Península Ibérica passa a ser controlada pelos Visigodos, um povo adepto ao cristianismo. Nesse período, não existia uma nação espanhola, nem mesmo uma identidade nacional, pois ela começou a se formar sobre a influência do catolicismo (CARVALHO, 2016).

Os muçulmanos invadiram a península no século VIII, colocaram fim à dominação Visigoda, e aí ficaram por um período de setecentos anos. O território ficou dividido entre os dois povos até o momento em que os católicos conseguiram expulsar os muçulmanos. Naquele momento, a Espanha era representada por pequenos reinos do norte (asturianos, navarros e catalães), sucessores dos reinos visigodos que se defendiam dos “invasores estrangeiros” (CARVALHO, 2016).

Na história espanhola a frase “os espanhóis expulsaram os muçulmanos” ficou eventualmente conhecida, entretanto, a frase deveria ser “Os espanhóis católicos expulsaram

os espanhóis muçulmanos”. A carga ideológica da primeira frase pressupõe que para que alguém fosse considerado espanhol naquele momento era necessário ser cristão (CARVALHO, 2016).

Após o recuo dos muçulmanos, a Espanha se consolidou como um território repleto de reinos cristãos. Em 1469 o casamento de Isabel e Fernando uniu os reinos de Castela e Aragão. Não havia uma intenção de formar uma unidade nacional espanhola, simplesmente de aglutinar alguns reinos por interesses comerciais, como acabar com as fronteiras, instituir legislação e moeda comum (CARVALHO, 2016).

A Catalunha foi, durante muito tempo, um reino independente da Península Ibérica. O casamento do Conde de Barcelona, Raimundo Berengário IV, e da Rainha de Aragão, Pretonila, em 1150 foi responsável por manter a região sob a dinastia de Aragão pelos séculos seguintes, o que consequentemente a incluiu na aliança estabelecida por Aragão e Castela, posteriormente (NASCIMENTO; BATISTA; ALBUQUERQUE, 2016).

Da união de Isabel e Fernando nasce o absolutismo espanhol, com a junção dos principais reinos. A aliança começou com uma base econômica firme. Castela possuía uma lucrativa economia lanífera, enquanto Aragão era uma potência territorial e comercial. As estratégias políticas e militares do novo Estado se materializaram numa série de conquistas e anexações territoriais, o que elevou a Espanha à condição de primeira potência da Europa por todo o século XVI (ANDERSON, 1985).

Fernando e Isabel decidiram estabelecer Castela como sede do reino devido às condições serem mais propícias, pois Aragão apresentava mais obstáculos para a instituição de um poder centralizado. Além disso, três províncias foram escolhidas para terem suas próprias cortes: Valencia, Aragão e Catalunha. Essa última era o centro de um império mercantil, Barcelona era a maior cidade da Espanha e concentrava a classe comercial mais rica (ANDERSON, 1980). Castela, posteriormente, fundou sua própria capital, Madrid, o que facilitou um governo central (CARVALHO, 2016).

Isabel morreu em 1505 e Fernando se casou com Germana de Foix, herdeira do Reino de Navarra que abrigava o País Basco. Ambas regiões foram anexadas por Castela em 1512. Após isso, as fronteiras da monarquia espanhola passaram a ter uma forma muito semelhante à da Espanha contemporânea, resultando em uma das unidades políticas mais antigas da Europa, junto à Portugal, França e Inglaterra (CARVALHO, 2016).

O absolutismo espanhol nasceu com características típicas como, por exemplo, os benefícios outorgados à Igreja Católica e à nobreza. Ambas classes eram isentas de impostos, enquanto o resto da população se encarregava de sustentar todos os gastos, incluindo o financiamento de guerras. Desde o início isso provocava um certo desconforto nos burgueses, especialmente naquelas províncias onde havia abundância de comerciantes, como era o caso da Catalunha (ANDERSON, 1985).

Em 1478 a monarquia, junto à Igreja, criou o Tribunal do Santo Ofício, que objetivava

combater os “hereges” ou qualquer um que não mostrasse afeto pela igreja católica. O período ficou conhecido como Inquisição Espanhola. Nesse momento a religião permeava o campo da política, e por ela eram pautados os conflitos. A monarquia também usou da fé católica para justificar sua sede pela prata e o ouro americano, pois, segundo ela, não se tratava de imperialismo, mas sim de levar a fé e o conhecimento cristão para o resto do mundo (CARVALHO, 2016).

A filha de Fernando e Isabel, Joana, conhecida como a “Louca”, casou-se com Felipe, o “Belo”, da dinastia Habsburgo. O filho mais velho do casal, Carlos V, herdou coroas de quatro grandes dinastias: Castela, Aragão, Borgonha e Áustria. Nasce, então, a era do imperialismo Habsburgo, que de fato foram grandes defensores da Igreja Católica. Pouco a pouco Carlos V foi anexando mais territórios. Em 1515 se tornou duque de Borgonha, em 1516 foi proclamado rei da Espanha, em seguida substituiu seu avô paterno como governante da Áustria e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Também reivindicou as Coroas da Hungria e de Boêmia e passou a controlar Nápoles e Sicília, ligadas à Coroa de Aragão. A identidade imperial acompanhou a Espanha por alguns séculos (CARVALHO, 2016).

A mais admirada artimanha de Carlos V era a facilidade com a qual anexou territórios ao seu império. Em pouco tempo o monarca controlava territórios nas Américas, Europa e Ásia. A ampla extensão territorial comandada pelos Habsburgos era tão grande que foi necessário abrir representações regionais fora da Espanha, como aconteceu na Índia, Itália, Portugal e Flandres (ANDERSON, 1985).

Filipe II, filho de Carlos V, herdou de seu pai um império que começava a tornar-se economicamente insustentável. Castela tinha que suportar praticamente sozinha os gastos fiscais e militares das campanhas no exterior, o que gerou guerras civis que contribuíram tão fortemente para a decadência do império como as guerras externas. A Catalunha, região mais rica do reino, se autodeterminava e se recusava a pagar qualquer tipo de imposto ou colaborar com o emprego de suas tropas fora de suas fronteiras, até então não havia sido coagida pelo Estado espanhol (ANDERSON, 1985).

Além do mais, devido à grande parcela de territórios anexados, nem mesmo os recursos provenientes da América eram suficientes para arcar com os custos de segurança. Ao mesmo tempo, Carlos V desencadeou uma série de conflitos europeus que foi o preço do poder espanhol no continente (ANDERSON, 1985).

Os recursos vindos das colônias americanas não eram mais do que 25% de suas receitas. A pequena parte de metais preciosos extraídos na América, que não iam para os cofres do rei, eram comercializados normalmente entre empreendedores americanos e europeus. Isso fez com que se desenvolvesse um comércio entre colônias e metrópole, pois em contrapartida a Espanha exportava têxteis, vinhos e azeite. Estes produtos eram vendidos à preços inflacionários (ANDERSON, 1985).

Porém, ao passo em que os preços aumentavam, Inglaterra e Holanda começaram a invadir o mercado americano com preços bastante competitivos, tanto que os manufaturados estrangeiros chegaram até mesmo em Castela, o centro do império Habsburgo. A Espanha, pouco a pouco, passou a representar a América da Europa, uma grande receptora de mercadorias estrangeiras (ANDERSON, 1985). Além de tudo, as colônias americanas começaram a apresentar suficiência enquanto aos bens primários que eram importados da Espanha, diminuindo cada vez mais a dependência da metrópole (CARVALHO, 2016).

Em nenhum momento do governo Habsburgo houve incentivo à industrialização, apesar de todo o poder do império espanhol, o país jamais deixou de ter suas raízes feudais, com modo de produção rural focado em bens básicos. Desta forma, a medida em que o mercado passou a demandar produtos mais sofisticados que a Espanha não podia oferecer, o fluxo comercial se desviou para polos mais industrializados, como a Inglaterra e Holanda (ANDERSON, 1985).

Em 1618 eclodiu o famoso ciclo de guerras denominado Guerra dos Trinta Anos. As constantes derrotas nas batalhas coincidiram com a decadência econômica do império espanhol. Madrid buscava ajuda em todos os lados e sem ter muitas opções decidiu forçar a Catalunha à guerra, atacando a França através de suas fronteiras. Esta jogada voltou-se contra a Espanha (CARVALHO, 2016).

A nobreza Catalã enfurecia-se com os comandos de Castela, até o Clero excitava o fervor regionalista. Os trabalhadores rurais desencadearam tumultos violentos em Barcelona e outras cidades. A revolução Catalã aconteceu em 1640 e contou com o apoio de todas as classes sócias da Catalunha. Para impedir a reconquista por parte de Castela, os catalães incitaram a ocupação do território pelos franceses e durante uma década a Catalunha esteve sob a proteção da França (ANDERSON, 1985).

A tensão existente entre o objetivo da Corte em aumentar o poder real em contraposição ao desejo de manutenção de privilégios locais constituiu fonte de conflitos que desencadearam rebeliões, como a dos Comuneiros, em Castela, em 1521, a de Zaragoza e Aragão, em 1591, e a da Catalunha em 1640. Durante a Guerra dos Trinta Anos entre Espanha e França, a obrigação de sustentar tropas reais estacionadas na Catalunha gerou protestos de camponeses catalães. Com o apoio da elite local, a revolta resultou na declaração de independência da Catalunha, que só voltou ao controle espanhol em 1652 (CARVALHO, 2016, p. 57).

A guerra dos trinta anos esgotou o tesouro do império Habsburgo e desintegrou sua estrutura política. A classe *hidalga*¹ castelhana mostrava que havia perdido o gosto pela guerra e reinava entre os hispânicos uma desilusão militar (CARVALHO, 2016).

Outro evento importante para a compreensão da história da Espanha foi a Guerra de Sucessão entre 1700 e 1714, este evento tem um significado diferente para os espanhóis e para os catalães. O filho de Filipe, Carlos II, não possuía herdeiros diretos e a coroa da Espanha foi disputada após sua morte entre os Habsburgos e Bourbons. Carlos II designou Felipe de Anjou, neto de sua irmã María Teresa, casada com Luis XIV da França. Felipe foi

¹ Palavra do vocabulário espanhol, cujo significado em português é “Fidalga”.

proclamado rei de Castela, e objetivava um reinado com poder mais centralizado, inspirado no governo francês, para isso, pretendia fortalecer ainda mais a união dos demais reinos (FURTADO, 2011).

Inglaterra e Holanda tinham uma possível hegemonia franco-espanhola com a união dos dois reinos. Leopoldo I, Imperador do Sacro Império Romano Germânico, reclamou o direito à coroa para seu filho, o Arquiduque Carlos de Habsburgo. Ato apoiado não só pela Inglaterra e Holanda como também pela Áustria, Países Baixos, e Prússia. Essa coligação, que ficou conhecida como Grande Aliança, declarou guerra à Luiz XIV e a Felipe V em maio de 1703. Catalunha, Aragão, Valência e Baleares ficaram do lado do candidato Habsburgo (FURTADO, 2011).

A Catalunha fez um acordo privilegiado com os Habsburgos, em troca de seu apoio seria preservada sua autonomia quando o governo se legitimasse. Londres se comprometeu a fornecer oito mil soldados e a respeitar a Constituição Catalã. Com sua posição clara, Barcelona foi bombardeada por Castela no mesmo ano (CARVALHO, 2016).

Em abril de 1711, no entanto, o Imperador José I da Áustria morreu sem deixar filhos. Carlos, seu irmão, foi eleito Imperador do Sacro Império Romano-Germânico em setembro, quando deixou Barcelona e seguiu para Frankfurt. O ímpeto das potências estrangeiras decaiu, já que a eventual união entre Espanha e Áustria, sob o comando de Carlos, poderia ser mais perigosa do que a união entre França e Espanha (CARVALHO, 2016, p. 60).

Durante o tratado de Utrecht em 1713, Felipe V foi confirmado como rei da Espanha e Carlos renunciou suas pretensões. Em meio as renegociações de paz, a Inglaterra rogou à Felipe V que fossem conservados os foros Catalães, o que foi negado. Felipe V decidiu que todas as unidades seriam tratadas da mesma forma, e anulou a Constituição da Catalunha (FURTADO, 2011).

Catalunha e Aragão, que apoiavam o candidato austríaco, foram derrotados em uma guerra civil dentro de uma guerra internacional. Uma nova dinastia francesa foi instalada e a guerra de sucessão espanhola acabou por renovar o absolutismo em Madrid (ANDERSON, 1985).

O governo de Felipe V centralizou o poder espanhol, todos os foros e parlamentos regionais foram eliminados, e as unidades ficaram vinculadas somente à um parlamento, localizado em Castela. O castelhano passou a ser a língua oficial das províncias. Os nacionalistas catalães afirmam que esse momento marcou a perda de liberdade e a verdadeira “anexação” da Catalunha pela Espanha (CARVALHO, 2016).

A monarquia Bourbon levou a cabo o que a monarquia Habsburgo não conseguiu fazer, transformar a Espanha em um reino unitário e centralizado. Catalunha, Valência e Aragão perderam sua autonomia e o sistema francês de governo foi implantado, um sistema uniforme (ANDERSON, 1985).

Segundo o historiador Ricardo Garcia Cárcel, a vitória de Felipe V marcou o triunfo da Espanha vertical borbônica sobre a Espanha horizontal dos Habsburgos, que permitia na prática uma espécie de Espanha federal, com agregados territoriais conectados com base em uma “identidade plural”. A Espanha borbônica foi centralizada em torno de um eixo central, Castela, e vertebrada a partir de uma identidade homogeneizadora espanhola. Grosso modo, esse foi o modelo adotado pelos Bourbons na França, em contraposição ao adotado pelos Habsburgos no Império Austro-húngaro (CARVALHO, 2016, p. 65).

Os nacionalistas espanhóis, por outro lado, avaliam que se tratou de um caso de deslealdade à Coroa por parte de um território que era parte integral e legítima do Estado espanhol e que a única punição foi a perda de seus privilégios, já que a Catalunha passou a ser regida pelo mesmo direito e a receber o mesmo tratamento que outras partes do território espanhol (CARVALHO, 2016).

França e Espanha continuaram com uma relação de cumplicidade até o reinado de Fernando VII. A proximidade entre os países facilitou a invasão de Napoleão em 1807, pois através do pretexto de reforçar o exército franco-espanhol, Napoleão enviou uma grande frota militar que cercou as cidades espanholas, em seguida tomou as forças militares e estratégicas do Estado “aliado”. Esse ato de hostilidade deu início à guerra de independência espanhola, na qual a Espanha lutou para livrar-se do controle estrangeiro. Fernando VII se exilou na França e teve seu trono usurpado por José I, irmão de Napoleão. As elites passaram a difundir a ideia de “nação espanhola” dentre a população em uma tentativa de acender o sentimento nacional e gerar combustível para a luta contra a potência invasora. O conflito terminou em 1814 com a retirada das tropas napoleônicas do território (FURTADO, 2011).

Em 1812 as elites espanholas se reuniram em Cádiz, única cidade livre da dominação napoleônica, e elaboraram a primeira constituição. A Constituição de Cádiz, conhecida como Pepa, estabelecia a soberania da nação, a separação dos poderes, o voto masculino indireto; a liberdade de imprensa e o fim da tortura. Instituiu também a educação pública como obrigação do Estado e extinguiu o feudalismo e a Inquisição Espanhola, entretanto, a constituição definia a Espanha como um Estado católico, proibindo, em seu artigo 12, a prática de qualquer outra religião. A constituição foi revogada em 1814 por Fernando VII, mesmo ano em que o monarca retornou ao poder (CARVALHO, 2016).

Com o fim da guerra napoleônica e o retorno de Fernando VII para o governo espanhol o conceito de nação e a retórica da soberania popular foi proibida. Pois o líder acreditava que o nacionalismo representava o perigo da mobilização das massas e de revoluções, assim como acontecera na revolução francesa, e que o sistema político não precisava buscar legitimidade na nação. Fernando VII preferiu seguir confiando na tradição religiosa e dinástica para justificar o poder (CARVALHO, 2016).

Após anos de influencia francesa, pouco a pouco a Espanha voltou a gerir seu império sem supervisão estrangeira. O exército foi remodelado e profissionalizado e a indústria foi incentivada, porém, já era tarde para um desenvolvimento comparável ao da França ou Inglaterra (ANDERSON, 1980). Além disso, muitos fatores contribuíram para a instabilidade

do Estado, houve a perda das colônias americanas nas primeiras décadas do século XIX, a eclosão de três guerras civis, a proclamação da república em 1873 e a derrota para os Estados Unidos na Guerra de Cuba em 1898. Todos esses eventos feriram o ego do antigo império (FURTADO, 2011).

A Espanha católica fechou as portas para os pensamentos iluministas que vinham da França. Em 1756, todas as obras de Diderot, Montesquieu, Rousseau e Voltaire foram banidas pela Inquisição Espanhola. A Espanha foi vítima da obsessão religiosa, pois, ao tomar esse tipo de medida, o país se distanciou das correntes de pensamento moderno impedindo que o progresso entrasse para dentro de suas fronteiras. O Estado se fechou totalmente, conservando suas características feudais e impedindo o diálogo com o resto da Europa, principalmente com a Europa protestante (CARVALHO, 2016).

A Inquisição se tornou a justiça da Espanha e a Igreja Católica o governo. O Estado espanhol estava assolado em uma crise econômica e não possuía nem recursos e nem vontade de fornecer infraestrutura para o país. Na omissão do Estado, as instituições católicas foram as responsáveis pela construção de escolas, hospitais e redes de amparo social, consolidando ainda mais seu poder (SESMA, 2008).

Nesse período o Clero recebia cinco vezes mais recursos públicos do que o que era destinado à educação. 60% da população infantil não frequentava a escola e 60% dos espanhóis eram analfabetos, o índice mais alto da Europa, comparando com 17% da França e 5% da Alemanha e Inglaterra. Além do mais, a maioria dos alfabetizados recebiam educação em colégios católicos. Até então, a lei não incluía o ensino de história da Espanha, filosofia ou literatura, mas adotava matérias como doutrina cristã e história bíblica. A igreja se empenhava em formar cristãos e não espanhóis, desse modo, o ensino de certas disciplinas podia contribuir com a propagação de ideias republicanas (CARVALHO, 2016).

Os maiores processos de modernização da Espanha ocorreram na Catalunha e País Basco. Nesses territórios foram propagadas ideias anticatólicas ou antiespanholas. Aí se tem as raízes do porquê da Catalunha e País Basco se sentirem diferentes do resto da Espanha, principalmente em aspectos políticos e econômicos (CARVALHO, 2016).

No século XX os governos que seguiram foram: o governo de Primo de Rivera (1923-1930), a Segunda República (1931-1936), a Guerra Civil e o Franquismo (1939-1975). A II República permitiu as concessões de Estatutos de autonomia para a Catalunha, País Basco e a Galiza (CARVALHO, 2016).

3.3.1 Uma pluralidade de nações em um único reino

O Estado espanhol se formou através de diversos reinos, entre eles, três já consolidados: Catalunha, País Basco e Galiza. Essas três nações se mantiveram conservadas durante todos os anos que se estenderam, preservando suas línguas e culturas. Entretanto,

após a formação do Estado surge, de forma bastante tardia, uma quarta nação, a espanhola, resultado da integração de todos os demais reinos.

A divulgação das ideias nacionais foi, por muito tempo, evitada no país, pois os líderes acreditavam que ideias nacionais podiam influenciar a revolta das camadas populares. Por isso evitavam a difusão desse conceito, além de todo e qualquer resquício das ideias ilustradas e de revoluções nacionais como acontecera na França. (SESMA, 2008)

Com a derrota de Cuba em 1898 houve uma sensação de que a Espanha passava a ser de "segunda classe" (CARVALHO, 2016, p. 74). Essa perda de prestígio como potência europeia gerou revolta e indignação, neste contexto duas correntes de pensamento debatiam sobre as causas e medidas para reverter esse cenário. As elites liberais da época culpavam os conservadores católicos pelo atraso do país e seu objetivo era levar a cabo uma reforma com intuito de modernização. Para isso, defendiam o conceito de nação como justificativa do poder e procuraram "criar" cidadãos espanhóis e divulgar mitos nacionais. Já os conservadores temiam a ideia de nação e receavam a propagação da educação nacional (SESMA, 2008).

Após décadas de luta para reformar as instituições políticas do país os liberais se conformaram em representar uma minoria em um país majoritariamente rural e católico (CARVALHO, 2016).

O único momento em que a Espanha teve um real inimigo externo foi na era imperialista napoleônica, momento no qual surgiram alguns resquícios de nacionalismo. Porém, após retornar ao trono, Fernando VII proibiu a difusão desse conceito, além do mais, a Espanha teve diversas guerras civis o que gerou um processo inverso, contribuiu para a destruição da unidade nacional (CARVALHO, 2016).

A identidade espanhola foi difundida muito anos depois. O esforço de fortalecimento da identidade espanhola marcou, também, uma mudança em relação aos séculos anteriores no que diz respeito à expressão artística. Na pintura, por exemplo, a temática majoritária passou da retratação das grandes famílias para a pintura espanhola, que celebrava a glória dos visigodos e dos monarcas da Idade Média. A história passou a ser a história da Espanha, com proliferação de livros e literatura em castelhano, retratando, no mais das vezes, as glórias do passado. No campo da arqueologia organizavam-se escavações em Numancia e Sagunto. Na antropologia, buscavam-se crânios que identificassem a "raça espanhola" e justificassem a existência de sua unidade (CARVALHO, 2016, p. 74).

A falta de uma real integração entre as unidades espanholas, a falta de uma ideia comum de nação fez com que tudo fosse muito tardio no país, como a constituição de um mercado nacional, elemento importante para a formação de uma cultura verdadeiramente nacional, a industrialização, a imprensa, e até mesmo o sentimento de integração entre todos os reinos que compunham o Estado (CARVALHO, 2016). "O processo de criação dos símbolos nacionais pelo Estado foi lento. A Espanha não teve bandeira nacional até 1843. Tampouco houve consenso sobre o hino nacional até o século XX, a canção nunca teve letra." CARVALHO, 2016, p. 79)

Hoje a Espanha é um Estado descentralizado, unificado politicamente, porém, fragmentado socialmente, abrigando diferentes nações com diferentes características e interesses.

4 CATALANISMO: O MOVIMENTO NACIONALISTA SEPARATISTA CATALÃO

O nacionalismo separatista é um dos grandes desafios enfrentados pelo Estado contemporâneo. Cada sub-região que clama pela independência possui seus próprios argumentos embasados no contexto histórico que os contorna e na situação atualmente vivida. O capítulo a seguir tem como objetivo abordar o nascimento do movimento nacionalista da Catalunha, mais conhecido como Catalanismo, bem como expor os principais fatos que culminaram na configuração desse movimento que persiste na atualidade.

4.1 ORIGENS DO CATALANISMO

Apesar do Catalanismo mostrar sinais de existência desde sempre, pois durante o século XV o reinado de Castela já era alvo de críticas por parte da Catalunha, o movimento só passou a ser consciente pela população a partir do século XVIII com um projeto chamado *Renaixença*, que resultou ser uma prévia do Catalanismo. Tratou-se de um movimento cultural romântico que tinha como objetivo resgatar o passado histórico da Catalunha incentivando a literatura, a língua e outras expressões culturais da região. O movimento foi impulsionado por estudantes universitários, porém, em pouco tempo havia atingido todas as camadas populares. A maioria destes estudantes eram poetas e intelectuais que passaram a fazer publicações no diário catalão para, assim, conseguir chegar até o povo (ABRÃO, 2007).

Em 1841, no prefácio de uma antologia poética em catalão, Joaquim Rubió pediu independência cultural e afirmou que a Espanha não representava a pátria dos catalães. Nos anos de 1850, o movimento já se havia consolidado na Catalunha e a organização dos Jogos Florais, concurso anual de poesia, iniciado em 1859, marcou importante impulso na recuperação do uso do catalão (CARVALHO, 2016, p. 89).

A grande questão foi que os impulsionadores da *Renaixença* eram estudantes com boa base intelectual que desejavam fortalecer a autoestima da Catalunha, para isso, elaboraram bases administrativas e econômicas para a província, e inevitavelmente acabou chegando na arena política (ABRÃO, 2007). Os intelectuais sabiam que, naquele momento, a Catalunha era a região mais rica da Espanha, e mesmo assim continuava afastada da condução política do país (CARVALHO, 2016, p. 89).

O nacionalismo nasceu no século XIX, em resposta a Castela que era vista como a mais importante dentre todas as regiões espanholas, entretanto, era atrasada e apontada como um obstáculo ao crescimento da região catalã. Os intelectuais catalães tinham um forte apego à sua cultura, mas não questionavam que a Espanha fosse a pátria mãe de todos, fenômeno conhecido como duplo patriotismo.” Os autores afirmam que “o nacionalismo elaborou mitos, rituais, símbolos que deram vida a um imaginário nacional que competia com a identidade nacional espanhola e que em alguns momentos produziram choques violentos.” (CHAGAS, 2014, p. 757).

Dentre várias correntes e teorias discutidas pelos participantes do movimento surgiu a teoria política de construção estatal: O federalismo republicano. Essas teses acreditavam que a Espanha deveria ser uma federação voluntária de regiões. O movimento que começou com cunho cultural, transbordou para a esfera política. O Catalanismo foi surgindo a medida que o conteúdo político do movimento ia aumentando (ABRÃO, 2007).

O movimento evoluiu muito rápido. Em pouco tempo foi criada uma academia de língua catalã para conseguir uniformidade ortográfica e gramatical. Nessa época nasce também a maior organização catalanista, a *Lliga de Catalunya*, que passou a dominar o panorama político da década de 80 do século XIX. A *Lliga* se dispôs a lutar pelos interesses da Catalunha, e realizou uma importante ação em 1894, na assembleia de Balanguer, substituiu o conceito “região” pelo de “nação” (CARVALHO, 2016, p. 89).

4.2 O POSICIONAMENTO CATALANISTA SOBRE O ESTADO ESPANHOL E UNIÃO EUROPEIA DE ACORDO COM A PERSPECTIVA DO JORNAL NACIONALISTA *LA VANGUARDIA*

Nas seções a seguir foram selecionados tópicos com as principais reivindicações, queixas e demandas do movimento catalanista em relação ao Estado espanhol e à União Europeia na atualidade. A construção do tema foi realizada dentro de uma perspectiva de história no tempo presente. Foram utilizados jornais como fonte de pesquisa, justamente por tratar-se de fontes vivas que testemunharam períodos memoráveis, e que continuam se atualizando constantemente às novas ocorrências. O caso nacionalista da Catalunha se instituiu no século XV, porém, as ocorrências se estenderam muito além, iniciando com um movimento restritamente cultural, passando à reivindicação de um Estado Federal, até à pretensão de independência. Tudo isso com a constante atualização de novos eventos, como os períodos de ditaduras, e até o surgimento de novos atores, como a União Europeia, que acarretam em mudanças no rumo dessa história ainda em construção. O jornal *La Vanguardia*, utilizado nesse trabalho, testemunhou todos esses sucessos. Os jornais são considerados uma testemunha e um agente participativo da própria história, dessa forma, ele é um fonte de extrema contribuição para a recriação do passado (LUCCA, 2005).

Além disso, os jornais possuem a característica de representar a sociedade na qual estão inseridos, mostrando os fatos através da perspectiva daquela sociedade, o que é de extrema importância quando realizado uma pesquisa que busca entender o porquê de certos fenômenos (LUCCA, 2005). O jornal, *La Vanguardia* destaca-se pela eficácia em reproduzir a concepção do povo catalão, trazendo suas próprias memórias em cada página dos jornais, além de suas perspectivas presentes e futuras.

Os jornais também são responsáveis pela formação de opinião do leitor e tiveram

importante contribuição ao anunciar e recrutar pessoas para determinados eventos. Por exemplo, manifestações políticas (LUCCA, 2005). O Jornal *La Vanguardia* colaborou amplamente com o sucesso dos plebiscitos independentistas realizados na Catalunha, ao incentivar as pessoas a manifestarem sua vontade nas urnas através de suas publicações.

O *La Vanguardia* foi fundado em 1881 na capital Barcelona. Foi o primeiro diário espanhol a ter correspondentes no exterior. Atualmente é considerado o maior e mais importante jornal catalanista, devido ao amplo alcance de suas publicações. As seções a seguir trazem reportagens selecionadas dentro do período de 2014 a 2016. Para complementar as informações levantadas através do jornal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de mostrar os eventos históricos que originaram cada um dos atuais protestos, estabelecendo um paralelo entre as afirmações dos nacionalistas e seu embasamento histórico.

4.2.1 "Opressão ao longo dos séculos"

"Não é necessário ser independentista para perceber o desconforto que a cultura e o idioma catalão causam nos espanhóis desde o início" (LA VANGUARDIA, 2016).

Durante o século XX, a Espanha sofreu duas ditaduras, cujas consequências impactaram no cenário nacional da atualidade. Em 1923 Miguel Primo de Rivera deu um golpe de Estado e suspendeu a constituição de 1876. Primo de Rivera aspirava um Estado centralizado, para isso tentou uniformizar todas as regiões da Espanha. As suas primeiras medidas foram: proibir o idioma catalão, até mesmo em atos religiosos, exclusão da bandeira e intervenção nas universidades e órgãos regionais. A oposição da ditadura se desenvolveu rapidamente, internamente se formaram grupos de pressão e no exterior exilados levaram a cabo estratégias para derrubar o regime. A Catalunha se engajou em contra da ditadura, pois além da opressão à cultura catalã, eles se deram conta que seria mais fácil conseguir seus objetivos em uma democracia do que em uma ditadura ou monarquia (ABRÃO, 2007).

O governo de Primo de Rivera se dissolveu eventualmente, e por um certo tempo o poder na Espanha foi totalmente instável, chegando à ponto de ser estabelecido um governo provisório. Aproveitando esta instabilidade, em 14 de abril de 1931 Lluís Companys, principal líder do Catalanismo na época, proclamou a República da Catalunha de forma unilateral, porém, em 17 de abril, após ter uma intensa reunião com os ministros do governo provisório em Madrid, Companys renunciou à república catalã em troca de que lhes fora concedido um poder regional, cujo o nome dado posteriormente foi *Generalitat* (ABRÃO, 2007). Um ano depois foi aprovado pelo Estado o Estatuto de Autonomia da Catalunha (CARVALHO, 2016, p. 89).

Na década de 30 ganha força na Catalunha o partido político *Esquerra Republicana de Catalunya*, um partido com base no Catalanismo que propunha o separatismo e o socialismo.

Mais do que nunca a província passou a ser vista pelo resto da Espanha como, *Cataluña Roja*, o que preocupou ainda mais os líderes de Madrid (ABRÃO, 2007).

Houve, no período, um contínuo crescimento da esquerda catalanista e, em 1931, a Esquerda Republicana de Catalunya - ERC converteu-se no partido hegemônico da Catalunha. Esse ano representou não apenas a consolidação na Catalunha da ERC, como simultaneamente, em Madrid se deu o início da segunda república (CARVALHO, 2016, p. 92).

Em 1933 o partido de direita *Republicanos Radicales* ganhou as eleições na Espanha, o que gerou um embate entre a Madrid de direita e a Catalunha de esquerda. O autonomismo regional se viu ameaçado, pois o novo governo se propunha acabar com o nacionalismo nas províncias, uma vez que Galiza e País Basco seguiam os passos da Catalunha. *Generalitat* acabou perdendo seus poderes autonômicos (ABRÃO, 2007).

A resistência por parte do País Basco e Catalunha em relação ao novo governo foi uma das mais importantes causas da insurreição militar que culminou na Guerra Civil Espanhola em 1936. Foram os nacionalismos os maiores lutadores contra o regime franquista e o nazismo no Estado, e conseguiram alcance internacional (CHAGAS, 2014, p. 757).

Entretanto a guerra acabou por debilitar os nacionalismos. O conflito se encerrou com o general Francisco Franco emergindo no poder com um governo ditatorial, que resultou ser o segundo golpe de Estado do século XX. As liberdades democráticas foram suprimidas em toda a Espanha, e iniciou o período de maior repressão de todos os tempos no Estado (CHAGAS, 2014). Franco era anti-separatista, anticomunista, e usou da violência durante todo o tempo em que esteve no poder. Como, além de separatista, o partido hegemônico na Catalunha era socialista, Franco acreditava que a região auxiliaria na difusão do “perigo vermelho” (ABRÃO, 2007).

Ao ocupar a Catalunha, os franquistas fragmentaram a região em quatro províncias governadas por Madrid, o que facilitaria o controle das mesmas. Algumas das medidas implantadas foram: a dissolução de toda e qualquer representação regional que a província pudesse ter; a proibição do idioma e de qualquer manifestação cultural catalã, seja dança, literatura ou arte; as escolas, os meios de comunicação, revistas, jornais, tudo deveria ser em castelhano; a proibição da bandeira e do hino; a proibição de honrar personalidades e figuras locais. A violação de qualquer medida poderia acarretar em pena de morte. Além do mais, foi imposto que nomes e sobrenomes de origem catalã fossem substituídos por nomes castelhanos, assim como os nomes de ruas e praças. Empresas locais foram boicotadas, e o nome “Catalunya” passou a ser “Cataluña”, fazendo referência a letra “ñ” existente unicamente no alfabeto castelhano (CARVALHO, 2016).

Na figura 1, é possível notar o controle da mídia pelo governo ditatorial. Franco decidiu manter o jornal mais importante da Catalunha para utiliza-lo como um instrumento do regime implantado. Controlando o diário, Franco se assegurava de que todas as publicações estavam de acordo com seus interesses. No capa fica evidente que o jornal está a "serviço da

Espanha e do general Franco".

Figura - Barcelona para la España invicta de Franco



Fonte: La Vanguardia (1939)

A cultura catalã só não se dissolveu durante os anos de governo franquista devido à resistência das pessoas em não abandonar seus costumes e sua língua. A igreja também teve importante papel, já que realizava missas em catalão e também preservava o idioma nas escolas católicas de forma totalmente secreta, embora, fosse ditado por Franco que deveria ensinar a falar, escrever e rezar em castelhano (CHAGAS, 2014).

Franco também desarmou totalmente a região. Por considerá-la uma ameaça, o general transferiu as indústrias armamentistas para as demais regiões da Espanha, destituiu o exército catalão e destruiu todos os armazéns e depósitos de segurança que haviam, deixando a região totalmente submissa e cercada pelos militares espanhóis. Uma das razões pelas quais atualmente a região não detém poder militar, tendo quartéis precários, e carência de frotas navais e terrestres.

Assim como em outras ditaduras, os representantes da oposição ao regime foram perseguidos, muitos capturados, torturados e executados, e os grandes opositores eram justamente os civis das nações históricas, justamente por terem sua liberdade suprida. Todos os membros de *Generalitat* se exilaram na França, como acontecera anteriormente, e continuaram sua luta. Desde lá formaram o conselho catalão (CHAGAS, 2014).

Em julho de 1949, em Londres, Carles Sunyer fundou o Conselho Nacional da Catalunha, que defendia a continuidade da República e a autodeterminação da nação dentro de uma Espanha federal. No final de 1939, havia sido formado o Front Nacional Catalunha, na França, que apoiava o Conselho Nacional (CARVALHO, 2016, p. 98).

Acreditava-se no primeiro momento, que os aliados da II Guerra Mundial interviriam para restaurar a democracia na Espanha, algo que nunca ocorreu. Um dos motivos foi que após o fim da guerra surgiu o cenário da Guerra Fria, e Franco, na qualidade de militar de direita, serviu como um instrumento na luta contra o comunismo. Seu governo recebeu aprovação dos Estados Unidos e em 1950 a ONU revogou a resolução de 1946 que impedia a Espanha de participar da organização por ser uma ditadura. O regime tinha fortes aliados (ABRÃO, 2007).

Em 1970, cerca de 300 pessoas se fecharam no Monastério Montserrat em protesto ao regime. Parte dos protestantes eram figuras celebres como o escritor Gabriel Garcia Márquez, o pintor Joan Miró e o poeta Joan Brossa. Essas personalidades colaboraram para a repercussão internacional do evento (ABRÃO, 2007). Os manifestantes denunciavam o caráter violento do regime franquista e reivindicavam a abolição da pena de morte, assim como a democracia e o reconhecimento dos povos e nações que formam o Estado Espanhol (CARVALHO, 2016).

Não é necessário ser independentista para lamentar o antigo desconforto que o catalão desperta na sociedade espanhola. Não é necessário ser historiador para conhecer as inúmeras proibições que a língua Catalã sofreu ao longo dos anos. Não se trata de uma questão de opinião: O inventário de leis, normas e documentos repressivos foi publicado e consta nos repertórios legais do Estado. Há alguns anos, o rei Juan Carlos pronunciou um discurso afirmando que o idioma castelhano sempre foi a língua de encontro entre os povos espanhóis, e se produziu uma discussão enganosa em torno da ideia de que o castelhano nunca foi imposto, uma vez que está presente na vida cultural e econômica da Catalunha desde o século XV. Para nós, catalães, ao recordarmos das tantas perseguições históricas, essa afirmação feriu com gozação (PUIGVERD, La Vanguardia, 2015).

O trecho acima faz parte de uma reportagem do jornal *La Vanguardia*, o qual denuncia a postura do Estado espanhol em relação ao idioma e cultura catalã. A proibição linguística citada faz alusão aos momentos em que as ditaduras espanholas tentaram uniformizar o Estado e acabar com a pluralidade. É possível notar que há uma inexistência de material em catalão, como filmes, jornais, livros e documentos oficiais desses períodos, é como se o idioma tivesse se extinguido durante as eras ditatoriais. Os catalães avaliam esse período como “genocídio cultural”.

A Catalunha, na condição de nação histórica, se viu fortemente oprimida tendo de abandonar momentaneamente seus costumes, língua e cultura, embora, nunca o tenha feito efetivamente. A repressão apenas colaborou com a preservação de ressentimentos que vieram a eclodir fortemente nos últimos anos.

Além do que tange a questão linguística e cultural, os nacionalistas apontam outras diferenças que causariam certo “desconforto” ao Estado, como a questão ideológica. O embate entre esquerda e direita também forneceu combustível para esse litígio. Franco se empenhou em controlar a Catalunha, tendo como uma das maiores razões a oposição ideológica e o temor de que houvesse uma revolução socialista na região.

4.2.2 “A independência da Catalunha não representa a saída da União Europeia”

"Seria esquizofrênico que não permitissem as nações históricas continuar no bloco" (LA VANGUARDIA, 2015).

Após a morte de Franco, em 1975, houve uma liberação política que propiciou uma reforma geral no país. Em nível externo a nova organização política propiciou a entrada da Espanha nas instituições europeia. Já em nível interno, houve uma reorganização do Estado, que culminou na implantação das comunidades autônomas. O centralismo foi substituído pela diversidade interna (ALVES PEREIRA; CINTRA,2014).

A reorganização territorial do Estado impulsionado na Espanha desde 1978 foi uma tentativa de resolver problemas estruturais causados pela tentativa de autodeterminação dos nacionalismos basco, catalão e, em menor medida, o galego, que recobravam a força no pós ditadura (ROMÃO,2013). No caso da Catalunha, após a implantação da descentralização, o líder Jordi Pujol assumiu a presidência do autogoverno e, com ideologias nacionalistas, fomentou o catalão como expressão fundamental em todos os setores. O idioma se tornou a língua predominante no sistema educacional, judicial e na administração pública. As outras nações seguiram os mesmos passos (CHAGAS,2014).

O processo de entrada da Espanha no bloco europeu começou após o rei Juan Carlos assumir o poder substituindo Franco. Juan Carlos liderou o processo de transição política para a democracia, e uma das principais medidas foi a retomada das relações com o resto da Europa.

Ao reabrir o diálogo com os países, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que reafirmava a vontade política de permitir a incorporação da Espanha junto à Comunidade Europeia o quanto antes. A Espanha sempre representou um Estado estratégico para a Europa, assim como Portugal, pois além do posicionamento geográfico no Mediterrâneo, ambos países possuem uma aproximação histórica com o América Latina, região de interesse para o bloco. O primeiro passo para esse processo seria a implantação de eleições democráticas, um critério irrevogável para entrar na organização, até então, chamada de Comunidade Econômica Europeia - CEE (ALVES PEREIRA; CINTRA,2014).

Assim foi feito, em outubro de 1977 foram realizadas diversas mudanças políticos e econômicos, parte do Pacto de Moncloa, que prepararam o país para a entrada na CEE. Adolfo Suarez foi o primeiro presidente eleito democraticamente na Espanha após a era Franquista. A Espanha se comprometeu a incorporar o Estatuto do Conselho da Europa e a Convenção Europeia de Direitos Humanos à constituição. Em 1986 o Estado passou oficialmente a ser membro da organização (ALVES PEREIRA; CINTRA,2014).

A entrada da Espanha e Portugal junto a CEE, foi beneficiada pelo crescimento que a economia mundial experimentava nos anos, influenciando com que os países apresentassem uma recuperação econômica muito positiva. Segundo mostram dados do FMI, o PIB espanhol cresceu muito desde a incorporação na CEE, em 1986 até o ano de 2000 (ALVES PEREIRA; CINTRA, 2014, p.7).

O resultado do processo de democratização foi uma certa redução de soberania estatal, pois ao mesmo tempo em que o Estado cedeu parte de sua soberania para a instituição supranacional europeia, também houve uma descentralização territorial com o reconhecimento das comunidades autônomas, instituídas na constituição de 1978 (ROMÃO, 2013).

A entrada da Espanha na União Europeia propiciou o rápido desenvolvimento econômico e social do país e promoveu a ampliação do comércio internacional na Catalunha. De uma certa forma, também confortou os catalães, pois se reduziram as possibilidades de emergir uma ditadura no país sendo parte do bloco europeu (CARVALHO, 2016).

Atualmente 48% do comércio catalão se destina à países da União Europeia, sendo o maior volume destinado à França, Alemanha, Itália, Portugal, Reino Unido e Suíça. A oportunidade de fazer parte de um bloco econômico, onde não existem barreiras comerciais, fez com que a Catalunha tivesse competitividade em produtos primários como vinhos e frutas; e produtos industrializados dos setores automobilísticos, farmacêuticos e têxteis. A cada 1€ de vendas catalãs no bloco europeu, os postos de trabalho na Catalunha aumentam em aproximadamente 6%, e os investimentos empresariais aumentam 7% (CCC, 2016).

Dessa forma, a comunidade depende dos benefícios oferecidos pela integração. Quando se trata da União Europeia o movimento deixa de ser independentista. De fato, a organização é o ponto fraco da campanha separatista, pois os catalães apreciam ser parte dela e não pretendem deixá-la (EL PAÍS, 2016).

Tanto a Catalunha como a Escócia são regiões parte da União Europeia, e ambas seriam parte do bloco econômico desde o dia seguinte à sua independência (...) seria esquizofrênico que não permitissem as nações históricas continuar no bloco. É impossível imaginar que existam uma parte da UE que seja expulsa e tenha que pedir seu reingresso mesmo demonstrando vontade em permanecer. Assim como a Alemanha Oriental não precisou passar por um processo de adesão, entrando automaticamente na organização quando se anexou à Alemanha Ocidental, Catalunha e Escócia possuem o mesmo direito. A República Catalã continuaria sendo parte da União Europeia e das Nações Unidas porque a Catalunha é muito importante para que o mundo simplesmente vire as costas. Outra questão, é que os tratados não preveem nenhum procedimento diante de uma secessão de parte de um Estado membro, o que significa que as advertências de Bruxelas de que uma Catalunha independente estaria fora da UE não passa de ser uma opinião pessoal e não um posicionamento oficial da instituição (MARULL, La Vanguardia, 2016).

A Catalunha sempre manifestou seu desejo de permanecer dentro da União Europeia. Suas ideias separatistas se limitam ao Estado espanhol. Devido à grande mobilidade comercial, a comunidade tem uma grande dependência dos países do bloco. Além do mais, os cidadãos da comunidade aprovam a integração e ambicionam formar um Estado independente

que possa, diretamente, interagir com os demais membros. O grande desafio dos líderes separatistas é obter o apoio do bloco e a garantia do deferimento automático na entrada da Catalunha caso esta venha a conseguir a independência.

4.2.3 "Injustiça fiscal"

É um paradoxo que a Catalunha tenha que pedir ajuda financeira ao Estado quando é a comunidade autônoma que mais contribui financeiramente (LA VANGUARDIA, 2015).

No início do século XXI surgiram novos elementos de discórdia. Foram revelados alguns dados que mostravam a situação fiscal das comunidades e do Estado. Os dados traziam a diferença entre o que era enviado ao Estado em forma de impostos e o que voltava para as comunidades. Essas fontes anunciavam que a Catalunha recebia um volume muito menor comparado à sua contribuição. Isso enfureceu amplamente os catalães que se sentiram “roubados” pelo Estado. O que era enviado à Madrid em forma de impostos representava anualmente cerca de 9% do PIB catalão. De acordo com essas informações, uma Catalunha independente contaria com aproximadamente € 15 bilhões adicionais por ano, dinheiro que poderia ser utilizado para melhorias aos cidadãos (CHAGAS, 2014).

As coisas se agravaram a partir de 2008 com a eclosão da crise financeira internacional. A Espanha se viu em uma grave situação econômica, como desequilíbrio macroeconômico e o endividamento dos recursos recebidos da União Europeia. Em 2007 a taxa de desemprego era 8%, um índice relativamente baixo considerando os níveis históricos do país. Em 2013 a taxa já atingia 13%, um percentual mais elevado do que o registrado nos Estados Unidos durante a crise de 1930 (CHAGAS, 2014).

Houve rápida deterioração das contas públicas. Em 2012, a Espanha apresentou déficit fiscal de € 111,6 bilhões, equivalente a 10,6% do PIB. Tratava-se, em termos percentuais, do maior déficit da União Europeia, superando a Grécia (9%), Irlanda (8,2%), Portugal e Chipre (6,4%). Cabe observar, não obstante, que, em 2007, o país havia conseguido superávit fiscal de 1,9%, fenômeno que também havia ocorrido em 2006 e 2005. Além disso, no início da crise, em 2008, a dívida pública (€ 382 bilhões) correspondia a 36,6% do PIB espanhol, percentual inferior à média europeia de 60%. Naquele ritmo, até junho de 2013, a dívida cresceria € 560 bilhões e passaria a representar 90% do PIB espanhol (CARVALHO, 2016, p.127).

A economia catalã contava com um PIB de 200 bilhões, equivalente ao de Portugal, que correspondia à 19% do PIB espanhol. A renda per capita era de € 27 mil, superior à média espanhola. Entretanto, em 2012 a situação financeira da comunidade era lamentável. Havia dificuldade para pagar os salários e fornecedores, e seus títulos públicos eram classificados pelas agências como de alto risco (CARVALHO, 2016).

Devido a isso, em 2012 a Catalunha teve que recorrer ao Fundo de Liquidez Autonômico, um mecanismo criado pelo Estado para financiar as comunidades. A população

se perguntava “o que há de errado?” e “Como pode a comunidade mais rica estar na bancarrota?”. Os líderes de *Generalitat* se pronunciaram e afirmaram que não aceitariam nenhuma condição imposta pelo Estado e muito menos agradeceriam, pois, o auxílio enviado por Madrid era constituído, na verdade, por recursos dos próprios catalães (CARVALHO, 2016).

Generalitat, como era de se esperar, teve que recorrer ao Fundo de Liquidez Autônomo estabelecido pelo governo central para proporcionar financiamento para as comunidades que necessitam. Ato necessário, uma vez que não temos a opção de acudir ao mercado financeiro internacional, e o Estado se transformou no único banco disponível. É um paradoxo que a Catalunha tem que pedir ajuda financeira ao Estado quando é a região que mais contribui. Por isso Generalitat afirma que se trata de recuperar o dinheiro que os cidadãos catalães já pagaram. A Catalunha ingressa anualmente muito mais dinheiro, via impostos, do que recebe para financiar seus gastos, o que retrata o excesso de solidariedade da comunidade com o resto da Espanha (LA VANGUARDIA, 2012).

No trecho acima, o jornal *La Vanguardia* traz outro dos muitos questionamentos dos separatistas em relação ao Estado espanhol, o pagamento de impostos. A comunidade afirma que contribui muito mais do que recebe, e que uma das razões pelas quais hoje é enfrentado uma crise econômica na região é devido à essa assimetria entre os montantes. Os catalanistas denunciaram o Estado espanhol por submeter a comunidade à uma exploração econômica, principalmente no que se refere ao déficit da balança fiscal da comunidade. Recorrer ao Fundo de Liquidez Autônomo foi, para muitos catalães, uma humilhação, o que aumentou ainda mais o ressentimento.

Além desse fato atual, é possível notar que esse questionamento vem acompanhando os catalães no decorrer dos séculos, pois desde a criação do movimento *Renaixença*, já havia uma indagação sobre a importância econômica da região para o Estado e sua pouca participação política. Em suma, para os independentistas, a região estaria contribuindo com um Estado ao qual não pertence. A frase final do trecho da reportagem, “o excesso de solidariedade da comunidade com o resto da Espanha” transpõe habilmente essa consciência.

4.2.4 "Ameaça centralizadora"

O Estado atua com “voracidade centralizadora” e “asfixia sistemática” contra a Catalunha (LA VANGUARDIA, 2015).

Após a era ditatorial, a Espanha se reestruturou internamente e concedeu autonomia às comunidades, na atualidade o poder no Estado é descentralizado. Essa forma de organização é apontada como uma das principais razões da atual crise econômica do país, pois o equilíbrio das contas públicas e privadas fica fora do alcance do Estado. Neste contexto surge a necessidade de rediscutir a configuração do Estado espanhol, o funcionamento das

Autonomias e o sistema financeiro das comunidades autônomas (CARVALHO, 2016).

Economistas de Madrid apontaram a descentralização como o motivo do grande endividamento público estatal, pois o Estado e as comunidades autônomas detinham uma dívida conjunta de 196 bilhões de euros em 2013, equivalente a 13% do PIB espanhol. O Estado aplicou grandes cortes orçamentários e obrigou as comunidades autônomas a diminuir seus déficits fiscais, o que aumentou as tensões entre o Estado e as comunidades (CARVALHO, 2016).

Através da descentralização política, o Estado perdeu a administração total dos recursos. Em 2009 Madrid controlava apenas 19,2% do total dos gastos públicos, enquanto as comunidades autônomas controlavam 36,6% (28,8% eram de responsabilidade da Previdência Social e 15,45% das prefeituras). Estudos apontam que a descentralização espanhola foi influenciada mais por questões históricas e políticas do que por uma reflexão racional econômica, o que gera problemas desnecessários no sistema (CHAGAS, 2014).

Mariano Rajoy assumiu a presidência espanhola em 2011 e nesse período enviou 20 projetos ao Congresso dos Deputados, segundo a *Generalitat*, todos recortavam a competência das comunidades autônomas, o que ia em contradição com a organização política do Estado (CHAGAS, 2014).

Diante da apelação por parte do Governo central ao artigo 155 da Constituição, que permitiria a suspensão da autonomia da Catalunha, a vice-presidente de Generalitat, Neus Munté, acusou o Estado de atuar com voracidade centralizadora e asfixia sistemática contra a Catalunha. Ela também pediu a todos que não tenham medo das ameaças e ataques frontais nada dissimulado por parte do Estado. “Só podemos manifestar que não temos medo, pelo contrário, incentivamos as pessoas para que não tenham medo da democracia e nem de escutar a escolha democrática das urnas, porque as eleições não são um problema e sim uma solução”(TORT, La Vanguardia, 2015).

O jornal *La Vanguardia* retrata a clara aversão dos catalães à recentralização. Por muito tempo a comunidade lutou por um poder local, o qual pudesse representar plenamente a população. A reinstituição de *Generalitat* na era pós ditadura representou uma conquista para a comunidade, cujos líderes, mesmo em exílio, em nenhum momento abandonaram o ideal da autonomia.

De acordo com os nacionalistas catalães o Estado espanhol sempre barganhou com a possibilidade de recentralização do poder estatal e que ao longo da história houve diversos momentos de suspensão da autonomia catalã enquanto o Estado passava por algum tipo de transição governamental, como apontado anteriormente nos casos de ditadura. A independência seria a forma mais indicada de garantir essa autonomia sem nenhum tipo de ressalva.

"O plebiscito é uma forma de legítima defesa"

"Quando te atacam sistematicamente, você tem direito à legítima defesa (LA VANGUARDIA, 2015).

Em 11 de setembro de 2012, sob o lema "Catalunha, novo Estado da Europa", centenas de milhares de pessoas percorreram as ruas de Barcelona para pedir a independência catalã. Houve consenso sobre o êxito do evento, classificado como a maior manifestação política já realizada em Barcelona até então (CARVALHO, 2016). A figura 2 ilustra a magnitude do evento acompanhado pelo jornal *La Vanguardia*.

Figura - Catalunya dice basta



Fonte: La Vanguardia (2012)

A Esquerra Republicana de Catalunya, que havia se reelegido em 2010, estabeleceu

como objetivos de governo: a aprovação de Declaração de Soberania do Povo da Catalunha; a aprovação de lei de consultas; a abertura de negociações com o Estado espanhol para o exercício do direito à decidir; a criação do Conselho Catalão para a Transição Nacional; e a convocação de consulta para que os catalães pudessem se pronunciar sobre o desejo de a Catalunha se converter em um “Estado no marco europeu” (CARVALHO, 2016).

E assim aconteceu, em 9 de novembro de 2014 se levou a cabo em todo território catalão o referendo que trazia a seguinte pergunta: "Você quer que a Catalunha seja um Estado independente? ” Os resultados foram 80,76% a favor, 10,07% contra, e o restante foi em branco (EL PAÍS, 2015).

O governo espanhol entrou com medidas contra a *Generalitat* acusando-a de promover atos ilegítimos, uma vez que o Estado não reconhecia aquele referendo, e qualificaram o governo como fraudulento por se permitir competências que não lhe cabia (EL PAÍS, 2015).

Arthur Mas, presidente de *Generalitat*, declarou que realizaria uma plano para a independência em 18 meses, e para ele seria convocado um plebiscito. Se a maioria dos votos fosse “sim” seria realizado uma declaração unilateral de independência da comunidade, com ou sem aprovação do Estado. O plebiscito foi levado a cabo em 27 de setembro de 2015 e apresentou resultados ambíguos. Partidos ligados à Madrid representaram 64 votos contra a separação. Os separatistas, coalização “Juntos pelo sim” e “Candidatura de Unidade Popular” tiveram a maioria dos votos, 72 das 135 cadeiras do parlamento, porém, os dois partidos, juntos, não conseguiram chegar ao 50%. Como as eleições são proporcionais os separatistas venceram as eleições, mas não o plebiscito (EL PAÍS, 2015).

O plebiscito é uma atuação em legítima defesa diante do ataque sistemático do governo espanhol ao autogoverno da Catalunha, e quando te atacam sistematicamente você tem o direito à legítima defesa. A tentativa de recentralização que o governo está pondo em prática e o menosprezo com que historicamente as instituições do Estado tratam a Catalunha são algumas das razões pelas quais a noite do dia 27 de setembro terá caráter plebiscitário. Seria importante que Madrid reconhecesse a existência de um grande número de catalães aspirando a independência, e seria inteligente por parte do Estado espanhol que, em vez de tomar represarias, buscase melhorar as relações com a Catalunha (GARCÍA, La Vanguardia, 2015).

A Catalunha acusa o Estado espanhol de praticar mais de 300 anos de repressão e afirma que o desejo de independência nada mais é do que uma resposta à essa repressão. Eles sustentam, ainda, que o governo comete diversos ataques e injustiças contra a comunidade e a separação seria a única forma de alcançar a liberdade. O partido político hegemônico da comunidade, Esquerda Republicana da Catalunha, possui grande popularidade justamente por levar a cabo a constante busca pelos interesses da população, e ter como meta a instituição de um Estado soberano. É possível analisar, ainda, que o resultado eleitoral demonstrou como é grande a parcela da população que aspira alcançar a independência, motivo pelo qual o movimento tem tanta força. “Conseguimos um mandato explícito para seguir em frente com

este resultado e alcançar a independência da região” (EL PAÍS, 2015).

Hoje, em 2017, o Catalanismo se mantém forte, prometendo alcançar a independência da região e se tornar um Estado soberano dentro da União Europeia.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO

Pode-se dizer que o Catalanismo nasceu no momento em que a Catalunha foi incorporada à Espanha. Conforme apontado no capítulo anterior, a região se integrou ao Estado por meio de alianças, porém, a população jamais foi consultada à respeito. De forma súbita, os povos se deram conta que estavam “amarrados” com outros povos dos quais não possuíam muitos elementos em comum, as diferenças sempre fizeram com que o “outro” fosse visto como um estrangeiro. Houve diversos momentos no qual a Catalunha se voltou contra a Espanha. Analisando dois grandes eventos da história espanhola, a Guerra dos Trinta Anos e a Guerra de Sucessão, Catalunha e o resto da Espanha estiveram em lados opostos.

Outro fator que colaborou para o nascimento do Catalanismo foi a, também mencionada no capítulo anterior, falta de promoção de uma unidade nacional por parte dos líderes nos primeiros séculos de formação do Estado, por receio do levantamento da soberania popular. Essas condições, somadas à repressão das ditaduras no século XX, às ameaças de recentralização do poder, às diferenças ideológicas, e à forte crise econômica no século XXI, contribuíram para a consolidação no Catalanismo no Estado espanhol.

5 ECLOSÃO DO NACIONALISMO SEPARATISTA EM PAÍSES MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA

Através dos pontos expostos nos capítulos anteriores, é possível compreender que o movimento nacionalista catalão é bastante antigo, pois passou por diversas fases, sendo primeiramente pautado em questões como idioma, cultura e história; e adquirindo posteriormente um viés político. A princípio, as reivindicações políticas focavam na federalização do Estado espanhol e na concessão de maior participação política à comunidade. O movimento se manteve parcialmente adormecido no período entre a era Franco e a reestruturação da democracia no final do século XX. Porém, no início do século XXI o Catalanismo voltou com grande veemência, tendo ganhado mais e mais força nos últimos anos. Hoje, o nacionalismo catalão foca na ideia de autodeterminação dos povos e seu maior objetivo é a constituição de um Estado catalão soberano.

A Catalunha não é a única região da Europa com sentimentos separatistas. Atualmente existem diversos movimentos com as mesmas características do Catalanismo no continente. Grã-Bretanha, França, Itália e Bélgica são alguns dos membros da União Europeia que enfrentam a mesma situação da Espanha.

Na Bélgica, a região de Flandres é de população majoritariamente holandesa, o que gera um certo confronto com o restante do Estado. A região é a que detém o maior poder econômico dentro do país, e protestam por, segundo eles, alimentar as regiões menos desenvolvidas da Bélgica. O movimento nasceu no século XIX, praticamente junto da unificação desses povos, mas ganhou uma maior força nos últimos anos. A maior aspiração da Flandres é tornar-se um Estado independente dentro da União Europeia (KOBZEV, 2014). “Crise da identidade nacional belga demonstra a fragilidade das fronteiras políticas da Europa e a ascensão do movimento separatista em países até então considerados estáveis” (SANTOS, 2014, p.15). A região da Padânia, Itália, também possui o elemento econômico como combustível do movimento separatista. A região, localizada no norte da Itália, corresponde à aproximadamente 64% da economia italiana, com um PIB de pouco menos de um trilhão e meio de dólares. 46% da população apoia a independência da região. As reivindicações aumentaram após a crise de 2008, que afetou profundamente a economia Italiana. A Escócia é outro exemplo. Com uma população de aproximadamente 5 milhões de habitantes, a região foi absorvida pela Inglaterra em 1707. O nacionalismo começou a tomar fôlego a partir dos anos 80 do século XX, e tem ganhado grande destaque desde o anuncio da saída do Reino Unido da União Europeia, uma vez que a Escócia foi contra a decisão (NUNES, 2015).

Todos esses casos configuram movimentos nacionalistas separatistas de sub-regiões. Existem diversas correntes que buscam compreender o motivo pelo qual esses movimentos cresceram abruptamente nos últimos anos. Muitos culpam a crise econômica de 2008 pela necessidade de independência dessas sub-regiões, outros acreditam que as diferenças culturais

são as responsáveis, uma vez que os conflitos vêm sendo cada vez mais pautados em questões étnicas e culturais. Sem dúvida ambas suposições possuem importante papel nessa nova onda nacionalista, mas não são as únicas (NUNES, 2015).

Nas sessões a seguir serão tradas duas circunstancias vistas como possíveis colaboradoras da ascensão desses movimentos na atualidade: A Crise do Estado e o revigoramento da União Europeia. Bem como o posicionamento do Estado e da Integração em relação ao separatismo.

5.1 A CRISE DO ESTADO-NAÇÃO

Desde suas origines, os Estados sofrem constantes mutações. No caso dos países do continente europeu, essas instituições passaram por regimes monárquicos, regimes totalitários e acabaram adotando o regime democrático. Isso acontece pelo anseio da população por representatividade. No sistema democrático atual, essa representatividade está em crise devido ao constante distanciamento entre a classe política e a sociedade. Isso desencadeia a fragmentação da sociedade civil e a maior ineficiência do Estado diante das crescentes demandas. Quando essas demandas não são supridas a instituição estatal entra em descrédito (MANDALLOZZO; MINHOTO, 2016).

A Crise do Estado seria basicamente a incapacidade da instituição de promover o bem comum e políticas que reflitam a representatividade de cada grupo nacional, em especial dos grupos minoritários, assim como políticas que favoreçam o povo e não apenas as classes políticas. A Crise do Estado é apontada como sendo um dos elementos propulsores dos movimentos separatistas, pois a incapacidade do Estado de representar as sub-regiões gera a grande demanda por independência (MANDALLOZZO; MINHOTO, 2016).

No caso catalão, o movimento *Renaixença* aspirava resgatar a cultura local, e começou justamente por uma desvalorização dessa cultura minoritária diante do Estado. Aos olhos do povo catalão, sua cultura era desprezada pelo restante da Espanha, afinal, em nenhum momento houve por parte do Estado aspiração em desenvolver políticas que integrassem a região com as demais regiões hispânicas, apenas tentativas de homogeneizar a cultura catalã à nível castelhano. Assim como visto no capítulo anterior, Joaquim Rubió argumentou durante o período da *Renaixença* que a Espanha não representava a Catalunha, e que era necessária uma independência cultural.

Por um certo tempo, a população viu no Estado um meandro de proteção, porém, para alguns povos esse organismo, que deveria servir como defensor, se tornou um instrumento de clausura e opressão. A grande razão disso seria a distância entre os governantes e os governados, que instabiliza o Estado e ao mesmo tempo coloca em risco o direito dos indivíduos, transformando sua cidadania em utopia. Esse afastamento exclui os indivíduos

dos círculos decisórios, colocando em risco a representatividade efetiva. (MANDALOZZO; MINHOTO, 2016).

É possível encontrar relação entre essa hipótese e o presente caso estudado. A princípio o Catalanismo não reivindicava independência, os catalães não questionavam a soberania do Estado, apesar de algumas vezes tachá-lo como ineficiente, e viam a Espanha como “pátria mãe”, mas tinham uma necessidade de maior representatividade, primeiramente cultural e posteriormente política. Essa entidade que era vista como “pátria mãe” foi se transformando paulatinamente em um instrumento de opressão com o surgimento das ditaduras, regimes que desde o início propagaram a ideia de que as sub-regiões como Catalunha, Galiza e País Basco deveriam se enquadrar ao modelo cultural castelhano, assim como apontado pelo jornal catalanista *La Vanguardia*, onde denunciavam todos os anos de repressão por parte da Espanha.

A partir de então, o ambiente social é tomado por uma grande descrença em relação ao sistema político e faz emergir a ideia de que o Estado não representa as pretensões da população. Essa descrença causa diversas reações, entre elas, a necessidade da criação de um sistema novo, no caso, um novo Estado, que venha a representar efetivamente essa população (MANDALOZZO; MINHOTO, 2016).

Esse aspecto também é identificável no caso da Catalunha, onde, mesmo após a restauração da democracia, a crise de representatividade continuou impactando vigorosamente o Estado, pois, de acordo com a reportagem do jornal *La Vanguardia*, o escândalo das injustiças fiscais reafirmou que o governo de Madrid não representava os interesses da Catalunha, e apenas utilizava a comunidade como fonte de financiamento das demais. Por esse motivo era necessário que a nação se tornasse um Estado soberano capaz de se auto-representar e defender. A crise do Estado é chamada de crise de representatividade, e tende a piorar conforme aumentam as diferenças e a distância entre o governo e os povos (RICUPERO, 2008). Madrid e Catalunha possuem um distanciamento histórico, em sentido cultural e econômico. O *La Vanguardia* afirma que o idioma e cultura catalã causam um desconforto nos espanhóis, que não conseguem lidar com a pluralidade. Outro ponto é o ideológico, pois uma Catalunha de esquerda, não consegue se sentir representada por uma Espanha de direita.

Neste cenário de descrença as unidades e as soberanias estatais ficam em xeque e movimentos separatistas surgem ou ganham força, o individualismo acalenta a intolerância, o homem do estado contratualista regride ao homem do estado de natureza, e neste estado não há Estado e nem estado de direito (MANDALOZZO; MINHOTO, 2016, p. 177).

Essa crise é fruto da falta de capacidade do Estado de cumprir com seus compromissos, atender as demandas populares, e propagar o bem-estar social por todos os quatro cantos do território de seus domínios (RICUPERO, 2008). Essa crise é muito comum

em Estados com pluralidade de nações, como é o caso da Espanha, pois atingir a plena representação de tantos interesses divergentes se torna um grande desafio.

A crise do Estado não está relacionada à fragilidade do Estado-Nação como ator no cenário internacional, mas sim ao escasso poder de reprodução dos interesses de certos grupos nacionais. Quando o Estado possui uma capacidade limitada de governança em um ambiente onde há diversidade de interesses o sistema entra em colapso. Essa crise não é atual, talvez exista desde o nascimento do Estado, porém, não há dúvidas que se intensificou com a globalização (RICUPERO, 2008).

Com a Globalização surgem novos atores, como grupos de interesse, grupos de pressão, organizações de âmbito internacional, que juntos formam uma rede e atuam encima daquilo que o Estado não consegue alcançar, ou simplesmente se omite. Dessa forma, o Estado, além de pecar em representatividade, passa a ser visto como um elemento supérfluo para as sub-regiões, especialmente aquelas que possuem um autogoverno (RICUPERO, 2008).

A maioria dos autores enxergam nossa era como a do declínio do estado-nação, só para exemplificar alguns: Albrow (1996), Castells (1997), Wright (1997) e Bauman (1998). Segundo estes autores a globalização diminui a autonomia e o poder do estado-nação, sob a argumentação de que: o crescimento de organizações internacionais levam a uma perda da soberania nacional; a globalização econômica diminui o controle nacional da economia, diminui sua margem de ação e enfraquece o estado; Estados se tornam reféns de movimentos sociais e religiosos; o crescimento da comunicação global dificulta a constituição de fronteiras; e que a unidade nacional se torna fragmentada por grupos étnicos, culturais e pela diversidade religiosa, que buscam dentro do estado autonomia. ponto de vista, majoritário, diz que a globalização mina a soberania estatal, limita a zona de atuação do estado e coloca-o refém de movimentos sociais, étnicos e culturais (necessidade de descentralização de poder) (MANDALLOZZO; MINHOTO, 2016, p. 179).

Neste contexto de descrença das unidades estatais, os movimentos separatistas despontam no cenário mundial, cada um com suas particularidades, e mostram como são frágeis as ligações que formam o Estado Nacional (RICUPERO, 2008). Essa fragilidade é nítida no caso da Catalunha, onde o descontento da população leva à adoção de políticas que visam o desmembramento do Estado, como a realização de plebiscitos e referendos destinados à retratar a aspiração da população em abandonar o atual Estado.

Para Hobsbawn, 2008, os movimentos nacionalistas do final do século XX se revigoram com o enfraquecimento do Estado-nação, pois são movimentos essencialmente separatistas. Eles são diferentes dos movimentos do século XIX, nos quais os países do terceiro mundo lutavam por liberdade. Para o autor, a crise do Estado se constitui pela perda de soberania, que ocorre de duas formas: Através de entidades supranacionais e se desintegrando em vários Estados menores essencialmente fracos como para se defenderem em meio à anarquia internacional, como aconteceu na Europa Oriental. Porém, o autor enfatiza que independente de tudo, o Estado é, mais do que nunca, indispensável para enfrentar as facciosidades sociais e econômicas.

Desde meados de 1990 até presente milênio, eram poucos os povos inteiramente identificados com seus governos, ou relativamente indivisos politicamente. As chamadas “décadas de crise”, que se iniciam na década de 1970, haviam solapado o consenso político (HOBBSAWN, 2013, p. 557). O declínio dos partidos de massa, centrados em classe ou ideologias, eliminava a máquina social que transformava homens e mulheres em cidadãos ativos.

Ao fim e ao cabo, as palavras de Hobsbawn refletem a realidade atual da Espanha, país membro da União Europeia, que muitas vezes se encontra em situação de submissão devido às paridades econômicas diante dos demais membros do bloco, e que usou da descentralização de poder gerando diversas comunidades autônomas, na tentativa de manter o controle nacional.

5.2 O REVIGORAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA

Os movimentos citados no início desse capítulo possuem diferentes características, cada um com sua história e suas próprias reivindicações, porém, todos compartilham dois elementos, o primeiro é o desejo de secessão dos Estados dos quais fazem parte, e o segundo é que se mostram totalmente a favor do processo de integração europeu. A campanha da Catalunha traz a mensagem “o novo Estado europeu”, o partido nacional escocês divulga seu projeto como “uma independência na Europa”. Algumas das razões desse sentimento regionalista, que serão abordadas a seguir, são as mesmas pelas quais a União Europeia é apontada como uma catalizadora dos movimentos nacionalistas separatistas da atualidade.

A União Europeia não parou de evoluir desde sua criação, passando de uma Zona de Livre Comércio à uma instituição Supranacional. As diversas etapas pelas quais a integração passou inclui, até mesmo, a tentativa de imposição de uma constituição regional, que não vigorou devido às diferenças sociais, culturais e econômicas entre os países. Entretanto, devido ao atual estágio de integração se vem promovendo, quase que naturalmente, uma identidade europeia bem definida entre os cidadãos dos países membros do bloco. Nos últimos anos é possível notar o grande emprego de símbolos coletivos como bandeiras, hinos, e história compartilhada, tudo parte da tentativa de fomentação de uma identidade comum dentre os indivíduos (NASCIMENTO; BATISTA; ALBUQUERQUE, 2016). Durante as manifestações a respeito da independência catalã nas ruas de Barcelona, centenas de pessoas carregavam a bandeira da Catalunha e da União Europeia, na tentativa de fortalecer a ideia de que os cidadãos possuem o sentimento de pertencer à essas identidades.

No processo de formação de Estados, diferentes povos acabaram aglutinados em um mesmo território, sob um mesmo governo e leis. Essa divisão resultou ser desrespeitosa com as diferentes identidades, que hoje clamam por independência. A identidade europeia é vista pelos movimentos nacionalistas de sub-regiões como uma forma de substituição da identidade nacional, que acreditam ter sido imposta pelos seus Estados de origem (NASCIMENTO;

BATISTA; ALBUQUERQUE, 2016). Além das bandeiras, em manifestações catalanistas, os militantes erguiam grandes cartazes que traziam a seguinte mensagem: “Sou catalão e europeu, mas não espanhol”. Para muitos catalães a identidade nacional espanhola imposta por ditadores como Franco e Primo de Rivera causa dor e aflição, afinal, diversas famílias perderam entes durante os períodos de perseguição e repressão desse regime. Para elas, livrar-se dessa identidade seria algo benevolente.

O processo de “europeização” ocasionou certo nível de descentralização dos modelos de governança local e levou ao desenvolvimento de uma espécie de cosmopolitismo regional, impulsionando o sentimento de pertencimento às comunidades locais. Dessa forma, “nações sem Estado”, como a Catalunha, estariam em busca da consolidação dos seus próprios anseios por emancipação política em paralelo ao seu desejo de integração ao sistema europeu (SESMA, 2008, p. 49).

Souza, 2016, afirma que essa identificação européia ainda não acontece com grande magnitude em meio aos cidadãos que reconhecem seus Estados como benfeitores, como é o caso da real nação espanhola, inglesa, italiana, etc; pois, essas nações já possuem uma identidade bem definida e uma clara percepção do Estado como o responsável por zelar de seus interesses. Essa circunstancia tende a atingir as comunidades de minorias étnicas e culturais, justamente por terem o discernimento da falta de uma entidade protetora.

Além da questão de identidade, a União Europeia vem elaborando políticas cada vez mais federalistas dentro do espaço comum, o que amplia a participação civil, fazendo com que a população se sinta diretamente representada. A meados de 1990 surgiu a discussão sobre políticas representantes de microrregiões, e devido à grande pressão das sub-regiões, em 1992 a União Europeia estabeleceu um comitê de regiões, o que permitiria o uso da paradiplomacia, ou seja, práticas de negociação entre representantes subnacionais (NASCIMENTO; BATISTA; ALBUQUERQUE, 2016). De fato, o conceito “paradiplomacia” foi introduzido pela primeira vez por um espanhol basco, Panayotis Soldatos, durante um debate sobre participação subnacional nas relações exteriores (BATISTA, 2016).

A paradiplomacia trouxe grande liberdade para as pequenas nações, que passaram a executar política externa de forma limitada, e ampliaram sua interação dentro do bloco, com a inspeção estatal. A Catalunha, por exemplo, abriu escritórios de representação em vários países europeus. A integração passou a funcionar como uma arena para perseguição dos interesses nacionais além de suas fronteiras (NASCIMENTO; BATISTA; ALBUQUERQUE, 2016). A grande questão é que o uso da paradiplomacia dá um certo poder às sub-regiões, que passam a se sentir habilitadas para atuar internacionalmente sem assistência do Estado ao qual pertencem.

A União Europeia viu uma vantagem na presença direta das regiões no processo de integração, uma vez que elas proporcionariam uma maior aproximação entre o bloco e a população civil, possibilitando um melhor atendimento à suas necessidades. A possibilidade

das sub-regiões participarem no processo de tomada de decisão dentro do bloco parecia estar próxima, entretanto, isso não foi possível, pois os Estados vetaram essa alternativa, o que gerou ainda mais rivalidade na disputa com as sub-regiões. Essa autonomia concedida às nações não fez mais do que ansiar o desejo de independência (NUNES, 2015).

A União Europeia também possui como um de seus temas culturais principais o incentivo do uso de línguas minoritárias, pois isso representa a ideia de “unidade da diversidade”, amostra de que a integração se destaca em meio à sua pluralidade. Algo realmente apreciado pelas sub-regiões, pois passa a ideia de que as culturas minoritárias são cultivadas (NUNES, 2015). O programa Erasmus, voltado para o incentivo da educação e formação, protege e promove o uso de línguas minoritárias, que hoje representam mais de 60 em todo o bloco, entre elas, o catalão, galês e bretão.

Na perspectiva liberal, as nações menores, como a Catalunha, deveriam se integrar aos Estados mais fortes a fim de sobreviverem economicamente e militarmente (HOBSBAWM, 2008). Essa teoria se reinventa na contemporaneidade, pois as nações menores continuam buscando uma forma de complementar sua econômica e sua proteção, porém, com o surgimento de um processo de integração regional capaz de prover segurança e um mercado comum, surge a ideia de que existe uma outra opção além do Estado, o que trás mais segurança para as reivindicações de independência.

Assim como exposto anteriormente, 48% do comércio catalão se destina à países europeus. Sem barreiras comerciais, os produtos da Catalunha circulam livremente em 26 países. O jornal *La Vanguardia*, 2016, afirma que uma Catalunha independente superaria países como Dinamarca, Áustria, Itália, e Finlândia no quesito exportações. O novo Estado ocuparia a 11ª posição no ranque de exportações. Essa complementariedade econômica por parte dos demais mercados do bloco, permitem que a Catalunha consiga se desenvolver aumentando sua produção, postos de trabalho e, conseqüentemente, melhorando seus índices econômicos e sociais.

No século passado, a Europa foi vítima de grande instabilidade política e protagonizou as duas maiores guerras da história da humanidade, no contexto da época, as pequenas nações eram as que mais padeciam, pois a fragilidade militar as impossibilitava de se auto-proteger. A possibilidade de que aconteça uma guerra na Europa atualmente é pequena, entretanto, as relações internacionais tendem a ser conflituosas e instáveis, dessa forma, a segurança nacional é uma das preocupações de todos os Estados. A União Europeia está inserida na Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, um tratado de segurança coletiva. (CRUZ, 2016). Uma Catalunha independente dentro do bloco europeu, conseqüentemente parte da OTAN, não precisaria se preocupar por sua debilidade militar, uma vez que essa aliança militar se responsabiliza pela defesa mútua em resposta à um ataque por qualquer entidade externa à organização.

É possível perceber que a teoria de Hobsbawn continua verídica na atualidade,

embora, devido às mudanças que acompanharam a era globalizada, as nações se sentem seguras em dispensar o Estado justamente por existir a opção de se escorar em uma instituição forte.

Em suma, o nacionalismo antigo se reinventou gradativamente dentro da União Europeia nas últimas décadas, ao passo em que o bloco se desenvolvia e atingia maior nível de integração. As causas seriam a propagação de uma identidade europeia que viria a substituir a rejeitada identidade Estatal; a concessão de autonomia por parte do bloco às sub-regiões que se sentiram melhor representadas politicamente; e, finalmente, a complementariedade econômica e militar (considerando as organizações da qual a União Europeia faz parte, como a OTAN) que um país oferece ao outro dentro da integração, dispensando a necessidade de incorporação à um Estado maior. Além do mais a União Europeia propaga a diversidade cultural dentro do espaço comum, respeita e incentiva a pluralidade. Para uma região como a Catalunha, que por anos se sentiu oprimida e sofreu tentativas de homogeneização cultural, isso é um cenário promissor.

O nacionalismo do século XXI tem características diferenciadas do nacionalismo do século XIX. Enquanto esse último substituiu a fidelidade ao monarca pela fidelidade à nação, no nacionalismo do século XXI os movimentos da Europa Ocidental substituem a fidelidade ao Estado pela fidelidade ao processo de integração regional.

5.3 POSICIONAMENTO DO ESTADO E DA UNIÃO EUROPEIA

A fragmentação de um Estado membro da União Europeia seria algo inédito, dessa forma, esse fenômeno não é previsto em nenhum tratado da instituição. Com a ausência de legislação, abre-se campo para um amplo debate sobre o que viria após a ruptura. O debate se concentra em responder a seguinte pergunta: A separação de uma sub-região de seu Estado de origem permitiria ou não a sua permanência na União Europeia?

Os separatistas afirmam que essa ruptura não significa a saída do bloco, e nesse contexto fazem diversas alegações, como as feitas pelo jornal catalanista *La Vanguardia*, 2016, “é esquizofrênico pensar que uma nação histórica possa ser expulsa da União Europeia”, “Assim como a Alemanha Oriental não precisou passar por nova adesão, nós também temos o mesmo direito”, “Somos muito importantes para que a UE nos dê as costas”.

Para Barroso, 2014, todos os tratados que formam a organização internacional de integração regional se aplicam aos países signatários. Ao deixar o Estado, a região independente estaria automaticamente fora do bloco, e para fazer parte dele, deveria passar por todo processo de candidatura, assim como os outros membros o fizera. Além do mais, nos tratados constitutivos da União Europeia não consta o nome de nenhuma sub-região, apenas o nome dos Estados que fazem parte. Não existe um acordo assinado pela Catalunha, por

exemplo, o que significa que a região, se independente, seria completamente alheia a tudo o que concerne a organização.

A base legal para a entrada na união é o Art. 49 do tratado elaborado em Maastrich, 1993, o qual afirma que o Estado que desejar ser membro do bloco deve aplicar-se para filiação. Para isso, é necessário obter consenso dos Estados membros. A entrada automática de um Estado recentemente independente é permitir que esse novo Estado passe por cima das regras de entrada do bloco. O fato de uma sub-região ter sido parte de um país membro não quer dizer necessariamente que a mesma irá atender os requerimentos de adesão à organização (SOUZA, 2016). Sendo assim, um rompimento com o Estado de origem, possivelmente, significa também a retirada da organização.

A União Europeia adota uma postura neutral diante dos casos de separatismo, principalmente por tratar-se de questões internas dos Estados, baseando-se no princípio de não intervenção do direito internacional. A instituição não possui interesse algum em encorajar o separatismo. A Comissão Europeia ressalta a importância de um intermediário estatal entre as regiões e o bloco, e reforça que o envolvimento à nível integracionista deve ser de competência exclusivamente do Estado (NUNES, 2015).

Além do mais, cabe lembrar que a União Europeia é uma organização internacional de integração regional voluntária, e que está constituída por Estados soberanos, os mesmos que decidem o futuro da integração dia após dia. Isso significa que apesar da crise do Estado-nação e dos novos atores emergindo constantemente, ele ainda representa o principal ator das relações internacionais. A partir do momento que os Estados optem pela secessão dos tratados, a organização simplesmente se extinguiria (COSTA, 2015). Outro ponto é que mesmo que a Catalunha consiga a tão almejada independência e passe pelo processo de adesão ao bloco, o veto de apenas um dos Estados membros indeferiria a tentativa de associação. Esse voto poderia ser da própria Espanha, ou de qualquer um dos Estados membros aliados da Espanha, como é o caso da França e Portugal.

Já o Estado espanhol repudia toda e qualquer percepção independentista. Desde a configuração do Estado existe uma grande tentativa de retenção de todas as unidades que o formam. A conduta das ditaduras do século XX foram uma extensão das políticas históricas praticadas pelos governantes Habsburgos e Bourbons na tentativa de manter integração do território (CARVALHO, 2016).

Na atualidade, diante da comoção dos plebiscitos e referendos para a independência, o governo de Madrid se pronuncia de forma antagônica, apontando os atos como ilegítimos, além de criticar amplamente o governo autônomo da Catalunha, argumentando que o mesmo se outorga competências que não lhe cabe. Madrid ainda sustenta o fato de não reconhecer nenhum resultado de caráter plebiscitário, pois o separatismo caracteriza um ato inconstitucional (EL PAÍS, 2016). O governo espanhol também afirma que uma Catalunha independente não teria nenhuma capacidade de se governar e atuar no cenário internacional,

poi a mesma, ao se desmembrar do Estado, estaria complementemente fragilizada em termos econômicos e políticos.

O posicionamento do Estado espanhol reflete o posicionamento dos demais Estados europeus que se encontram na mesma situação. Essa postura já era, de certa forma, previsível, já que esse cenário coincide com a teoria realista das relações internacionais, cuja as premissas focam na ideia de que todas as relações humanas, sociais, políticas, internacionais, são conflituosas e centradas no poder. O Estado, um ser racional, atua de forma pontual para defender seus interesses. O estado civil criado por essa instituição visa salvaguardar a ordem pública, e faz o necessário para manter seu poder e defender sua soberania (ABRÃO, 2007).

A perda de território representa um ponto extremante negativo para o Estado, uma vez que a extensão territorial se caracteriza como um recurso do *hard power*², ainda mais no caso de um território estratégico como é o caso da Catalunha. A Comunidade representa uma grande porcentagem do PIB espanhol, uma posição geoestratégica que conecta o país com o resto da Europa, a melhor infraestrutura portuária da região, e um ponto extremamente importante para o balanço de pagamentos devido ao grande volume de exportações. Existe apenas um recurso do *hard power* que a região não possui, o militar. A estrutura militar da Espanha permanece de acordo com a divisão feita por Franco durante a ditadura, dessa forma, a comunidade não possui relevância militar.

Entretanto, todos esses elementos, como PIB, posição geoestratégica, infraestrutura e recursos financeiros externos, caracterizam instrumentos de poder, que quando detidos por um Estado representam um aumento de seu predomínio, tanto em âmbito doméstico como internacional. Ao consentir a perda desse território, o Estado estaria, também, abrindo mão de todos esses recursos, e, conseqüentemente, compactuando com o seus declínio (WALTZ, 2002).

5.4 PERSPECTIVAS

O caso estudado é o da Catalunha, e não se deve levá-lo como exemplo para todos os casos de separatismo europeu. Entretanto, o caso da Catalunha é transponível e serve para ilustrar a ascensão dos movimentos secessionistas como resultado das duas circunstâncias expostas acima.

A Crise do Estado alimenta os movimentos das sub-regiões, ao mesmo tempo em que esses movimentos alimentam a Crise do Estado, minando sua autoridade e freando suas ações, surge um círculo vicioso. A Catalunha não se sente representada pelo Estado espanhol, que está incapacitado de representar as pluralidades nacionais, enquanto o Estado espanhol se sente enfraquecido pelo movimento catalão, que apesar de se tratar de uma minoria, possui grande peso nacional e alto poder de barganha. Esse impasse constitui um dos grandes

² Designação em inglês para a expressão “poder duro”. Conceito utilizado pelos realistas das Relações Internacionais para designar a capacidade dos Estados em seu exercício de poder.

desafios do Estado na atualidade.

Do outro lado, o desabrochamento da União Europeia como um ator nunca antes visto, trouxe uma alternativa às pequenas nações. A maneira como está constituído o bloco econômico, traz segurança para a reivindicação à independência. Essas sub-regiões tendem a realizar uma substituição psicológica do monopólio de poder que são seus Estados de origem pelo órgão Supranacional ao qual pertencem.

Dessa forma, a conjunção entre a Crise do Estado e o revigoramento da União Europeia contribuem com fortalecimento dos movimentos nacionalistas separatistas de sub-regiões presentes atualmente na Europa, mesmo que, embora, o posicionamento de ambos atores seja contrário ao separatismo.

6 CONCLUSÃO

O processo de formação dos Estados foi levado a cabo considerando a teoria de Hobsbawn, de que as nações menores deveriam se anexar às maiores a fim de sobreviverem na arena internacional. Essa percepção jamais considerou as diferentes identidades que acabaram sendo aglutinadas sob um único governo. As consequências desse processo são perceptíveis na atualidade, uma vez que muitas dessas nações menores estão inseridas em movimentos nacionalistas e clamando pelo direito de um Estado próprio. O nacionalismo, movimento que não possui características universais, é uma dinâmica política preenchida pela carga ideológica que acompanha cada grupo, o que faz com que os movimentos adotem diferentes particularidades. No caso, o nacionalismo do século XXI se caracteriza por ser majoritariamente separatista.

A Espanha é um dos Estados que vem enfrentando esse desafio. Sendo um dos primeiros a ser constituído formalmente no mundo, a junção de diversos reinos ocasionou a sua característica plurinacional. Três nações históricas fazem parte do território: Catalunha, País Basco e Galícia, além do mais, após a unificação do Estado no século XV nasce uma quarta personalidade, a nação espanhola. Essa última, foi, por muito tempo, evitada pelos líderes, pois a difusão de uma ideia nacional poderia resultar em uma tentativa de soberania popular conforme acontecera na França. Quando finalmente o ideal nacional começou a ser propagado no final do século XIX, já era bastante tarde, pois as nações históricas já possuíam uma visão muito clara de suas identidades.

A Catalunha foi anexada à Espanha por meio de alianças de governantes absolutos, não houve consenso popular. Devido às diferenças culturais e ideológicas, a região nunca conseguiu, de fato, se integrar ao Estado, tendo inclusive lutado em lados opostos durante a Guerra dos Trinta Anos e a Guerra de Sucessão Espanhola. Nesse contexto, surge o nacionalismo dentro dessa região. O Catalismo, movimento nacionalista da Catalunha, se insere em uma perspectiva de história do tempo presente, pois trata-se de uma história que ainda está em construção, sendo constantemente atualizada. O movimento é muito antigo, tendo se consolidado no século XIX. Começou com a reivindicação de um Estado federalizado, e posteriormente um Estado independente.

Durante o século XX o Estado foi vítima de duas grandes ditaduras que trataram de centralizar o poder no país e acabar com todos os movimentos nacionalistas. As políticas de repressão instauradas, sobretudo por Franco, fizeram com que crescesse um amplo ressentimento por parte da Catalunha em relação ao Estado espanhol, ressentimento esse que eclodiu no primeiro resquício de liberdade no pós ditadura. No século XXI veio a tona a chamada injustiça fiscal, dados que mostravam a disparidade entre o volume de contribuição fiscal da Catalunha e o montante que retornava para a comunidade. Além do mais, devido à forte crise econômica, o Estado passou a cogitar a possibilidade de recorrer à recentralização,

a fim de manter o equilíbrio das contas públicas. Todos esses acontecimentos internos foram os responsáveis pelo recrudescimento do Catalanismo. Isso leva a supor que, para uma sociedade, o fator cultural é importante, porém, o fator econômico é primordial.

Entretanto, o recrudescimento do Catalanismo no século XXI coincidiu com a emergência de diversos outros movimentos nacionalistas separatistas no continente Europeu, como na Escócia, Padânia e Flandres. Isso leva à necessidade de analisar o cenário internacional para compreender as razões que podem estar contribuindo com a veemência desses movimentos. Todos se diferem entre si, cada um possui suas próprias particularidades, entretanto, todos possuem duas características em comum: A profunda descrença em seus Estados e a aspiração em se constituírem como membros da União Europeia.

O Estado sempre foi relacionado à um meandro de proteção das sociedades, porém, para alguns grupos, esse protetor se transformou em opressor, impendendo seu direito à cidadania. Devido à isso, o ambiente social foi tomado por uma grande descrença em relação ao sistema político, levando à sensação de que o Estado não representa alguns grupos. Essa percepção leva algumas sociedades a demandarem a criação de um novo Estado, mais representativo.

A união Europeia, um processo de integração regional, é um ator relativamente novo nas relações internacionais, e tem se destacado globalmente pelo seu sucesso, representando hoje a única organização Supranacional no mundo. A integração entre os países gera um espaço propício à cooperação, resultando em um ambiente coletivo. A entrada da Espanha na União Europeia foi benéfica para todo o país, inclusive para as nações históricas. Entretanto, ao fazer parte de um processo de integração regional as pequenas nações se sentem fortalecidas, pois a união é capaz de prover complementariedade econômica, um mercado comum, e segurança para todos os membros através dos tratados dos quais a organização faz parte, como por exemplo, a OTAN. Seguindo esse raciocínio, a teoria de Hobsbawm sobre o acoplamento das nações se reinventa na atualidade, pois elas continuam buscando proteção em uma unidade mais forte. A diferença é que agora existe uma outra possibilidade, a de participar de um processo de integração regional, podendo se escorar na organização e manter a condição de um Estado soberano. Além do mais, a União Europeia vem promovendo constantemente a propagação de uma identidade regional, o que resulta em uma tentativa de substituição da identidade estatal, muitas vezes relacionada à injustiça e dominação, pela identidade europeia por parte das sub-regiões. A instituição também respeita a pluralidade dos membros e incentiva os aspectos culturais minoritários, o que é de extremo interesse das sub-regiões, que por tantos anos protegeram suas características. Em suma, de certa forma, o Estado e a União Europeia contribuem com o progresso do nacionalismo na região de forma indireta. O cenário atual é propício para os movimentos separatistas.

Independentemente, o posicionamento da União Europeia e do Estado é bastante claro em relação ao separatismo, o primeiro se abstém completamente da situação, alegando que se

trata de um assunto interno dos Estados, e se baseia no princípio das relações internacionais de não intervenção, apesar disso, a organização orienta sobre a importância do papel intermediador do Estado, entre o bloco e a população. Já o Estado se mantém firme em contra qualquer tipo de sessão de seu território.

O separatismo representa um perigo para a ordem atual, pois tudo o que é bem sucedido tende a se reproduzir, dessa forma, uma eventual independência Catalã, poderia acarretar em uma onda de secessão territorial de sub-regiões em efeito dominó, algo extremamente inquietante, sobretudo em um ambiente integrado como é o caso da União Europeia. O mapa do continente sofreria reconfigurações, e ocorreria uma reorganização em escala mundial de âmbito econômico, comercial e político, pois quando um território se torna independente, os acordos, tratados e protocolos dos quais antes fazia parte pertencendo à um Estado, deixam de vigorar para essa nova unidade, sendo necessário recomeçar do zero todas as relações internacionais. Isso traria grandes impactos para além das fronteiras do Estado espanhol, ou até mesmo, além da Europa. Embora seja fato que, devido ao posicionamento do Espanha e da própria União Europeia, a probabilidade de que ocorra a independência é baixa, pelo menos de forma pacífica. Outra questão imprescindível, é que para que se constitua um novo Estado soberano é necessário que haja o reconhecimento da comunidade internacional, o que inclui a aprovação do conselho de segurança das Nações Unidas.

Toda essa problemática reafirma o debate entre as teoria do Liberalismo e Realismo político. De um lado, a Catalunha, uma nação que luta pela sua soberania na esperança de resolver problemas econômicos, preservar sua identidade, e se livrar da dominação de um Estado que não a representa e que por muito tempo foi visto como um instrumento de opressão. É possível identificar os preceitos do Liberalismo em seu discurso, incorporando as ideias de Woodrow Wilson em relação ao conceito de Autodeterminação dos Povos.

Do outro lado, o Estado espanhol, se mantém firme em sua posição de aversão ao separatismo, na tentativa de manter sua integração territorial, afinal, a Catalunha possui diversos recursos estratégicos que são fundamentais para a manutenção de seu *status quo*³. O Estado age de acordo com seus interesses, coincidindo com a teoria realista, ao afirmar que todas as relações de extensão humana, entre elas as relações entre nações e Estados, são baseadas em conveniência, vantagens e ganho.

Para estudos futuros sobre essa temática, sugere-se a averiguação da teoria Irredentista das Relações Internacionais, teoria essa, bastante recente e pouco explorada até então, sobre tudo no Brasil. A teoria Irredentista, que se propõe explicar a aspiração de um povo em compor sua própria unidade política, pode trazer grandes contribuições para a comunidade científica.

O objeto de estudo desse trabalho foi a sub-região da Catalunha, a qual, apesar de não representar todos os outros movimentos nacionalistas existentes na Europa, serve para ilustrar a constante ascensão do separatismo no continente na atualidade.

³ Política de conservação do poder praticada pelos Estados.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Janete Silveira. Nacionalismo Cultural y Político: La doble cara de un proyecto único: Cataluña. **TDX**. Barcelona, 2007. 314 p. Disponível em <http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1992/JSA_TESIS_COMPLETA.pdf;jsessionid=E4B0E01947AF86CEDBBDC12A9CA8270E?sequence=3>. Acesso em: 10 Mar 2017.

ALVES PEREIRA, Guilherme Henrique; CINTRA, Rodrigo. ESPANHA E UNIÃO EUROPEIA: Análise da interdependência e as consequências da crise 2008-2013. **ESPM**. São Paulo, 2014. 19 p. Disponível em <http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/artigo_pic_semic_final.pdf>. Acesso em: 13 Fev 2017.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1985. 380 p.

APARICIO, Oriol Vidal. Independencia de Cataluña y nacionalidad española. **Constitución Catalã**. Barcelona, 2015. 27 p. Disponível em <http://www.constitucio.cat/wp-content/uploads/2015/09/Vidal20150924_IndCatNacEsp.pdf>. Acesso em: 02 Mai 2017.

BARRAYCOA, Javier. “Historias ocultas del nacionalismo catalán”. **Lebrel Blanco**. Navarra, 2011. 4 p. Disponível em <http://www.lebrelblanco.com/pdf/articulos/Barraycoa,%20Javier;%20Historias%20ocultas%20del%20nacionalismo%20catal_a_n;%202011;4.pdf>. Acesso em: 20 Fev 2017.

BATISTA, Ian Rebouças. Brexit, Escócia e o processo de integração europeia como catalisador de movimentos separatistas. **Voxmagister**. Sergipe, 2016. 4 p. Disponível em <<https://voxmagister.wordpress.com/2016/06/30/brexit-escocia-e-o-processo-de-integracao-e-europeia-como-catalisador-de-movimentos-separatistas/>>. Acesso em: 05 Abr 2017.

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo e Sociedade**: Para uma Teoria Geral da Política. 13. ed. Paz e Terra, 2007. 340 p.

BRANCO, Alberto Manuel Vara. **O Nacionalismo nos Séculos XVIII, XIX e XX**: O princípio constitutivo da modernidade numa perspectiva histórica. Lisboa, 2007. 28 p. Disponível em <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium36/7.pdf>>. Acesso em: 16 Jan 2017.

CANAL, Jordi. El Estado Autonómico:: Sobre Catalunya y el Nacionalismo Catalan. **Fundación FAES**. Madrid, 2011. 14 p. Disponível em <http://www.fundacionfaes.org/file_upload/publication/pdf/20130423222052el-estado-autonomico-reflexiones-historicas-sobre-cataluna-y-el-nacionalismo-catalan.pdf>. Acesso em: 15 Mar 2017.

CARVALHO, Luíz Fernando. **O RECRUDESCIMENTO DO NACIONALISMO CATALÃO**: Estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. 276 p. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/1139-O_Recrudescimento_do_Nacionalismo_Catalao_13_01_2016.pdf>. Acesso em: 15 Fev 2017.

CHAGAS, Rodolfo Pereira. Catalunya:: Um Estado sem Nação. **Editora Letra**. São Paulo, 2014. 9 p. Disponível em <<http://www.editora letra1.com/anais-congeio/arquivos/978-85-63800-17-6-p752-760.pdf>>. Acesso em: 23 Mar 2017.

CONVIVENCIA CIVICA CATALANA. Las ventas catalanas al resto de España y al extranjero. **Convivenciaviva**. Catalunya, 2016. 28 p. Disponível em <<http://files.convivenciaviva.org/Analisis%20del%20Comercio%20de%20Catalu%C3%B1a.pdf>>. Acesso em: 05 Mai 2017.

COPLE, Julia. Europa: Separatismo esbarra no medo de fragmentação. **PUC Rio**. Rio de Janeiro, 2014. 5 p. Disponível em <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Mundo/Europa%3A-Separatismo-esbarra-no-medo-de-fragmentacao-24327.html#.WSsnNpLytdh>>. Acesso em: 29 Mar 2017.

COSTA, Oliver. A União Europeia e sua política exterior. **Fundação Alexandre Gusmão**. Brasília, 2015. 315 p. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product%2Fproduct&product_id=867>. Acesso em: 10 Abr 2017.

DMITRUK, Hilda Beatriz(Org). **Cadernos metodológicos**: diretrizes da metodologia científica. 5. ed. Chapecó: Argos, 2001. 123 p.

EL PAÍS, . A Catalunya quer sair da Espanha mas não da UE. **o Globo**. A "Vontade política" pode garantir permanência, dizem separatistas, 2016. 1 p. Disponível em

<<https://oglobo.globo.com/mundo/catalunha-quer-deixar-espanha-mas-nao-sair-da-ue-17622387>>. Acesso em: 10 Mar 2017.

FERRAN, Bel. Soberanistas y PSC acusan al Gobierno de no cumplir con Catalunya. **La Vanguardia**. Barcelona, 04 Abr 2017. Disponível em <<http://www.lavanguardia.com/politica/20170404/421447540139/presupuestos-generales-del-estado-catalunya-soberanistas-psc.html>>. Acesso em: 03 Mar 2017.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: UECE, 2002. 127 p. Disponível em <<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>>. Acesso em: 10 Out 2016.

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas:: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. **Revista Topoi**. São Paulo, 2011. 18 p. Disponível em <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi23/topoi23_a04_guerra_diplomacia_e_mapas.pdf>. Acesso em: 10 Fev 2017.

GARCÍA, Moisés Torres. **El nacionalismo catalán**. Jaén, 2015. 78 p. TCC (Humanidades y Ciencias de la Educación)-Universidad de Jaén, 2015 Disponível em <http://tauja.ujaen.es/bitstream/10953.1/1919/1/TorresGarcaMoissTFGGeografa_e_Historia.PDF..pdf>. Acesso em: 22 Fev 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

GISBERT, Josep. Mas justifica el plebiscito del 27S en el “derecho a la legítima defensa”. **La Vanguardia**. Barcelona, 05 Ago 2015. Política. Disponível em <<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2015/11/23/pagina-11/95763243/pdf.html?search=plebiscito,%20Catalu%C3%B1a>>. Acesso em: 03 Mar 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Hegemonia e Cultura**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 320 p.

GUIBERNAU, Montserrat. **The indentity of nations**. 2. ed. Brasília: Saraiva, 2012. 248 p.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. **SciELO**. Brasília, 2008. 15 p.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>>. Acesso em: 13 Jan 2017.

HERZ, Monica. **Organizações Internacionais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 233 p.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 1. ed. São Paulo: Amazon, 2015. 616 p.

HOBBS, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Tradução Anna Maria Quirino. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. 280 p. Tradução de: Nations and Nationalism since 1780.

HOBBS, Eric. **Era dos Extremos**. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, f. 89, 2013. 585 p. Tradução de: Age of extremes.

ICEX. Ficha país: España. **Índice España exportaciones e inversiones**. Madrid, 2016.

Disponível em

<<http://www.icex.es/icex/es/Navegacion-zona-contacto/libreria-icex/PUB2016651751.html?idTema=10707032&idColeccion=12060359>>. Acesso em: 15 Fev 2017.

INSTITUT D'ESTADISTICA DE CATALUNYA. Cifras de Cataluña. **Idescat**. Barcelona, 2015. 5 p. Disponível em

<<http://www.idescat.cat/cat/idescat/publicacions/cataleg/pdfdocs/xifresct/xifres2015es.pdf>>. Acesso em: 12 Fev 2017.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução à Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 150 p.

José Manuel Barroso: Interview. BBC News. Londres: BBC, 2017. Entrevista (20 min).

JÚNIOR, Hilário Franco. **Idade Média: Nascimento do Ocidente**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em

<http://www.letras.ufrj.br/veralima/historia_arte/Hilario-Franco-Jr-A-Idade-Media-PDF.pdf>. Acesso em: 07 Dez 2016.

KEDOURIE, Elie. **Nacionalismo**. 1. ed. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985. 160 p.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. 1. ed. Objetiva, 2014. 275 p. Disponível em

<<http://portalconservador.com/livros/Henry-Kissinger-Ordem-Mundial.pdf>>. Acesso em: 07 Nov 2016.

KOBZEV, Artiom. Nacionalistas Flamengos Prontos para a Separação com a Bélgica. **A Voz da Rússia**. Moscou, 2014. 2 p. Disponível em <https://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2014_03_20/Nacionalistas-flamengos-est-o-p-restes-a-cindir-a-B-lgica-3039/>. Acesso em: 24 Abr 2017.

LA VANGUARDIA, . **Catalunya dice basta**. Barcelona, 2012. Figura. Dimensões: 120x90. Disponível em <<http://www.directe.cat/imatges/puntdemira/portada-la-vanguardia.jpg>>. Acesso em: 11 Jun 2017.

LA VANGUARDIA. **Barcelona para la España invicta de Franco**. Barcelona, 1939. Figura. Dimensões: 120x90. Disponível em <<https://somatemp.me/2016/02/26/los-catalanes-de-franco/>>. Acesso em: 11 Jun 2017.

LESSA, Antonio Carlos. **História das relações internacionais**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 239 p.

LOCKE, Jhon. **Liberalismo e Natureza**. 2. ed. São Paulo: Amazon, 2008. 200 p.

LUCA, Tania Regina. **Impressa e Cidade**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 300 p.

LÊNIN, Vladimir. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril, 1978. 399 p.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros et al. **Espanha autonômica a partir de 1978**. São Paulo, 2011. Mapa. Disponível em <<http://joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com.br/2011/06/498-mapa-da-espanha-em-1492-e-espanha.html>>. Acesso em: 05 Jun 2017.

MANSBACH, Richard. A Política Externa e de Segurança Comum e a Política Européia de Segurança e Defesa. **Maxwell**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/5513/5513_4.PDF>. Acesso em: 24 Abr 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 350 p.

MARTINS, Andréia. Geopolítica:: Quais são e o que querem os territórios que brigam por independência?. **Vestibular UOL**. 2015. 6 p. Disponível em <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/geopolitica-quais-sao-e-o-q-ue-querem-os-territorios-que-brigam-por-independencia.htm>>. Acesso em: 06 Mar 2017.

MARTÍ, Josep. Etnicidad y Nacionalismo en el Siglo XXI. **Digital.CSIC**. Barcelona, 2001. 171 p. Disponível em <<http://digital.csic.es/bitstream/10261/38149/1/JMarti-2001-Etnicidad%20y%20nacionalismo%20en%20el%20siglo%20XXI....pdf>>. Acesso em: 04 Abr 2017.

MARULL, David Ruiz. “Si Catalunya y Escocia son independientes, formaran parte de la UE desde el día uno”. **La Vanguardia**. Barcelona, 05 Dez 2016. Política. Disponível em <<http://www.lavanguardia.com/politica/20161205/412415543917/jo-leinen-catalunya-escocia-union-europea.html>>. Acesso em: 09 Mar 2017.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations**. 7. ed. São Paulo: Amazon, 2013. 752 p.

MUÑOZ, Isidro Sepúlveda. La investigación del Nacionalismo:: evolución, temas y metodología. **PUC SP**. Barcelona, 1996. 22 p. Disponível em <http://www.pucsp.br/cehal/downloads/relatorios/revista_espacio_tiempo_forma/nacionalismo.pdf>. Acesso em: 13 Fev 2017.

NASCIMENTO, Matheus Leite; BATISTA, Ian Rebouças; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros. Separatismo de Sub-regiões no Processo de Integração Regional Europeu: caso da Catalunha. **Faculdadedamas.edu**. São Paulo, 2016. 19 p. Disponível em <<http://www.faculdadedamas.edu.br/externos/posts/files/NASCIMENTO%20et%20al%20GT%2002.pdf>>. Acesso em: 06 Abr 2017.

NAVARRO, Beatriz. Bruselas reitera que Catalunya quedaría fuera de la UE si se independiza. **La Vanguardia**. Barcelona, 17 Jul 2015. Disponível em <<http://www.lavanguardia.com/politica/20150917/54435316700/bruselas-afirma-catalunya-quedar-ia-fuera-ue-independiza.html>>. Acesso em: 20 Mar 2017.

NETO, Miguel Alfredo Malufe. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Abril, 2005. 199 p. Disponível em <http://filoinfo.net/disciplinasonline/pluginfile.php/3218/mod_resource/content/1/MALUF,%20Said.%20Teoria%20geral%20do%20Estado.pdf>. Acesso em: 06 Fev 2017.

NORONHA, Alberto. A autodeterminação dos povos e a declaração da ONU sobre os direitos

indígenas. **Professor Noronha**. São Paulo, 2008. 3 p. Disponível em <<http://www.professor-noronha.adv.br/pt/a-autodeterminacao-dos-povos-e-a-declaracao-da-onu-sobre-os-direitos-indigenas/>>. Acesso em: 08 Mai 2017.

NUNES, Karoline de Souza. **Regionalismo subnacional e o Processo de Integração Regional Europeu: O caso da Escócia**. Florianópolis, f. 84, 2015. 53-78 p. TCC (Relações Internacionais)-UFSC, 2015

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves. **A formação dos blocos regionais para a integração e o desenvolvimento no contexto da globalização: O Caso da União Europeia e MERCOSUL**. Salvador, 2010. 307 p. Disponível em <<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/1552013094603.pdf>>. Acesso em: 15 Mar 2017.

PARLAMANT DE CATALUÑA. Estatuto de Autonomia da Catalunha. **Parlament de Catalunya**. Barcelona, 2013. 162 p. Disponível em <<http://www.parlament.cat/document/cataleg/48146.pdf>>. Acesso em: 03 Fev 2017.

PUIGVERD, Antoni. Lengua y política. **La Vanguardia**. Barcelonamaio, ano 2, 11 Mai 2015. 21 p. Disponível em <<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2015/08/15/pagina-21/95414099/pdf.html?search=catalu%C3%B1a%20pasado%20historico>>. Acesso em: 26 Mar 2017.

RICUPERO, Rubens. A resiliência do Estado Nacional diante da globalização. **SciELO**. São Paulo, 2008. 16 p. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a09v2262.pdf>>. Acesso em: 10 Abr 2017.

ROMÃO, Felipe Vasconcelos. A transformação dos mecanismos de materialização política das identidades nacionais: o Estado autonômico espanhol e a emergência das autonomias-nação basca e catalã. **SciELO**. Brasília, 2013. 15 p. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000200004>. Acesso em: 10 Abr 2017.

ROMÃO, Felipe Vasconcelos. A transformação dos mecanismos de materialização política das identidades nacionais: o Estado autonômico espanhol e a emergência das autonomias-nação basca e catalã. **SciELO**. Brasília, 2013. 16 p. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a04.pdf>>. Acesso em: 16 Fev 2017.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 180 p.

SABUCEDO, J.M; FERNANDEZ, Carlos. NACIONALISMOS E IDEOLOGÍA: Un análisis psicosocial. **Universidad de Valencia**. Valencia, 1998. 13 p. Disponível em <<https://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N17-1.pdf>>. Acesso em: 10 Fev 2017.

SANTOS, Marques do. **ORDEM MUNDIAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. 1997. 42 p. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1661/1/NeD68_MarquesdosSantos.pdf>. Acesso em: 17 Jan 2017.

SESMA, Daniel Guerra. **Socialismo y cuestión nacional en España**. Espanha: UNED, 2008. 775 p.

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos. **Organizações Internacionais de Integração Regional: União Europeia, Mercosul e UNASUL**. 1. ed. Florianópolis: UFSC, 2013. 305 p.

SOUZA, Micael. NACIONALISMO DEMOCRÁTICO PARA A UNIÃO EUROPEIA UMA NECESSIDADE PRAGMÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO E SOBREVIVÊNCIA COMUM. **Apeeeuropeus**. Portugal, 2016. 13 p. Disponível em <http://www.apeeeuropeus.com/uploads/6/6/3/7/66379879/sousa_micael_2016_.pdf>. Acesso em: 11 Mai 2017.

SÒRIA, Josep Maria. Cincuenta años de Òmnium Cultural: Medio siglo de la institución creada para defender la cultura catalana. **La Vanguardia**. BarcelonaJul, 10 Jul 2011. 1 p. Política. Disponível em <<http://www.lavanguardia.com/cultura/20110710/54184284277/cincuenta-anos-de-omnium-cultural.html>>. Acesso em: 20 Mar 2017.

TORT, Alex. “No tenemos miedo de las amenazas del Estado”. **La Vanguardia**. BarcelonaJul, 24 Jul 2015. 14 p. Política. Disponível em <<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2015/09/29/pagina-14/95669913/pdf.html?search=plebiscito,%20Catalu%C3%B1a>>. Acesso em: 10 Mar 2017.

TRIMIÑO, Francisco Andrés Burbano. **Las migraciones internas durante el franquismo y sus efectos sociales: el caso de Barcelona**. Madrid, 2013. 159 p. TCC (História)-Universidad

Complutense de Madrid, 2013 Disponível em
 <http://eprints.ucm.es/26437/1/TAD_Migraciones%20internas%20franquismo_F%C2%BA%20Andr%C3%A9s%20Burbano.pdf>. Acesso em: 20 Fev 2017.

UNIÃO EUROPEIA. Erasmus. **European Comission**. 2017. Disponível em
 <https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/node_es>. Acesso em: 29 Mar 2017.

UOU EDUCAÇÃO. **Europa Ocidental: Divisão Política**. São Paulo, 2012. Mapa.
 Dimensões: 120x90. Disponível em
 <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/europa-ocidental-divisao-politica.htm>>.
 Acesso em: 06 Jun 2017.

VELASCOS, Manuel Diez. **Las organizaciones internacionales**. 16. ed. Madrid: Tecnos, 2010.

VENTÓS, Xavier Rubert de. **Nacionalismo**: El laberinto de la identidad. Barcelona, 1994.
 322 p. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=47121>>. Acesso em: 15 Mar 2017.

WALTZ, Kenneth N.. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradativa, 2002. 323 p.

ÁLVARO, Francesc. Escócia, un tabú que cae. **La Vanguardia**. Barcelona Setembro, 18 Set 2017. Política. Disponível em
 <<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2015/11/23/pagina-24/94440168/pdf.html?search=plebiscito,%20Catalu%C3%B1a>>. Acesso em: 20 Fev 2017.